

SEPLAN
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

1

Boletim Trimestral

Julho - 2004

GOVERNO DE GOIÁS
Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
José Carlos Siqueira

CHEFIA DE GABINETE
Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO
Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL
Célio Costa
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Ladvocat

COORDENAÇÃO
Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA
Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques
Lillian Maria Silva Prado
Marcos Fernando Arriel

EQUIPE DE APOIO
Cláudia Cristina Borges de Souza
Daniel Carlos França Ferreira
Laís Garcia de Lima
Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha
Sueide Rorigues de Souza Peixoto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Tiragem: 1.000 exemplares

Conjuntura Econômica Goiana, n. 01, jul. (2004-).
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2004.
46p. : il

Trimestral

CDU; 338

SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO

 **GOIÁS**
Um Estado melhor a cada dia



SEPIN
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás
Tel: (62) 201-7878
Internet: www.seplan.go.gov.br/sepin
e-mail: sepin@seplan.go.gov.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	<i>4</i>
<i>A Nova Sudeco e a Inclusão Industrial do Centro-Oeste</i>	<i>5</i>
<i>A Evolução da Economia do Estado de Goiás e suas Relações com o Centro-Oeste</i>	<i>7</i>
<i>Dez anos de Plano Real.....</i>	<i>11</i>
<i>A Nova Economia Goiana</i>	<i>16</i>
<i>Uma Nova Proposta de Política Industrial para Goiás.....</i>	<i>19</i>
<i>Incentivos Fiscais X Política Industrial</i>	<i>25</i>
<i>Gás Natural: Considerações sobre sua Introdução e Disseminação no Estado de Goiás.....</i>	<i>28</i>
<i>Reação Exportadora</i>	<i>33</i>
<i>Mercado Formal de Trabalho em Goiás no Primeiro Semestre de 2004.....</i>	<i>36</i>
<i>IPC Goiânia - O Comportamento dos Índices</i>	<i>39</i>
<i>Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás</i>	<i>43</i>



Apresentação

A economia goiana vem mostrando, nos últimos anos, dinamismo suficiente para produzir e manter taxas de crescimento bem acima da média nacional. O agronegócio se expandiu e as exportações bateram o recorde histórico de US\$ 1,1 bilhão em 2003. Outros segmentos, impulsionados pelos bons resultados do campo, também se expandiram, como a indústria de transformação, notadamente a de alimentos e bebidas. Também merecem destaque a mineração e a indústria de confecção.

O boletim Conjuntura Econômica Goiana, a mais nova publicação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, tem como objetivo contribuir para a difusão e o debate de informações e análises sobre a conjuntura da economia do Estado, capazes de propiciar ao leitor um conhecimento amplo da realidade econômica goiana. Temas importantes passam a ser analisados por especialistas (economistas, professores e pesquisadores), como os desempenhos da indústria, do comércio, do comércio exterior, da agropecuária, do agronegócio, das finanças públicas, do emprego e da inflação.

Com a publicação, que será trimestral, a Seplan pretende contribuir para criar um espaço destinado à análise da conjuntura econômica, propiciando o debate com base em conceitos, dados e informações sobre a economia local, de modo que os goianos e os investidores interessados em implementar projetos produtivos no Estado possam compreender, em maiores detalhes, o momento presente e as perspectivas da economia local e regional.

José Carlos Siqueira
Secretário do Planejamento e Desenvolvimento



A Nova Sudeco e a Inclusão Industrial do Centro-Oeste



Célio Costa *

É fato que a região Centro-Oeste já conseguiu consolidar a primeira "onda" do desenvolvimento que consiste na geração, em grande escala, de excedentes de produtos básicos, resta agora o desafio de conquistar a segunda "onda", correspondente à industrialização de suas matérias-primas. Também é certo que a presença do Estado teve papel importante naquela primeira fase ao conceder políticas compensatórias, fiscais e financeiras, e dotar a região de condições estruturantes para atração de investimentos, o

que resultou numa aliança empreendedora com o setor privado. Contudo, com a eventualidade de extinção dos benefícios fiscais concedidos pelos governos estaduais, como prevê a proposta de Reforma Tributária em curso no Congresso Nacional, a política de atração de indústrias para a região ficaria comprometida ao tirar

de cena o principal instrumento com o qual os Estados e o Distrito Federal buscavam sua industrialização, na tentativa de compensar a ausência de uma política nacional de industrialização que promovesse uma melhor distribuição da base industrial do País, na medida em que, apesar de possuir cinco macrorregiões, apenas o Sudeste brasileiro concentra 60,5% da renda gerada pelas indústrias de transformação do Brasil.

A despeito da competitividade espúria da chamada "guerra fiscal", é preciso admitir que os governos estaduais vêm buscando a duras penas efetivar a industrialização em seu território

"A região Centro-Oeste conseguiu consolidar a primeira "onda" do desenvolvimento: geração de excedentes de produtos básicos, resta agora o desafio de conquistar a segunda "onda": industrialização de suas matérias-primas".

rio com a renúncia de boa parte de suas receitas para atração de indústrias com a concessão de incentivos fiscais. Embora esse artifício seja moralmente questionável já que transfere renda pública para o setor privado, é, no entanto, defensável na prática, pois trata de uma tentativa dos governos de reverter por conta própria o quadro de excessiva concentração industrial vigente no Brasil e desse modo melhorar a distribuição regional dos frutos do desenvolvimento nacional. De fato o Centro-Oeste não pode continuar se especializando tão somente na produção de commodities agrícola, é preciso adicionar valor

as suas matérias-primas antes da comercialização externa.

Nesse aspecto, é preciso levar em conta que a Reforma Tributária deixará um vácuo no tocante a industrialização regional ao propor o fim da "guerra fiscal" que se fará na prática com a supressão da competência dos Estados sobre o ICMS - imposto sobre

circulação de mercadorias e serviços, vez que as alíquotas desse tributo serão unificadas nacionalmente assim como será proibida a concessão de incentivos fiscais dos governos estaduais para empresas. A ser confirmada tal medida, o que se espera é que seja criado um mecanismo que possa dar continuidade ao processo de industrialização em andamento no Centro-Oeste, vez que sua participação no produto da indústria de transformação do Brasil que era de 1,37% em 1985, cresceu para 2,5% em 2001 sendo, contudo, ainda muito baixa. Então, é de vital importância nesse momento o respaldo federal através de um órgão que tenha autonomia administrativa e visão sistêmica regional, com capacidade para galvanizar as potencialidades da região e administrar recursos financeiros e políticas de Estado que assegurem a dinâmica sustentada do crescimento econômico e inclusão industrial do Brasil Central.

* Economista, Md em agronegócios pela UFG/UnB/UFMS e assessor especial da Seplan-GO.
E-mail: celiocosta@terra.com.br.



Tabela 1**Participação das regiões no valor adicionado da indústria de transformação do Brasil**

Regiões	1985	2001
Norte	2,80	4,80
Nordeste	9,65	10,10
Sudeste	69,10	60,50
Sul	17,00	22,20
Centro-Oeste	1,37	2,50

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Certamente esse novo órgão que se pretende criar com a função de gerir a problemática centroestina deverá ter seu perfil gerencial bem como desafios fundamentalmente distintos do modelo daquela Sudeco - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, extinta em 1990, cujo objetivo foi o de permitir a ocupação econômica da região sob sua jurisdição, o que já é uma realidade comprovada pela força dessa região no setor produtivo do País ao participar com 30 e 37% da sua produção de grãos e bovinos, nessa ordem. Os novos desafios agora consistem em fazer baratear o custo de transporte da produção local até os portos de embarque, oferecer suporte em pesquisas de processos tecnológicos de produção e permitir que essa região possa industrializar sua pujante produção de bens primários.

Não se trata, pois, de resgatar a antiga Sudeco com aquela função já obsoleta, mas de conceder a região um instrumento administrativo com autonomia para sincronizar políticas de Estado voltadas a dar suporte à região quanto à sua industrialização, tecnologia agrícola e escoamento de seus produtos. Esse novo órgão deverá elaborar e gerenciar pelo menos três planos diretores emergenciais para a região no tocante a Transportes, Desenvolvimento Agrícola e Industrialização. A propósito, o Centro-Oeste, enquanto região mediterrânea e mais central do continente sul-americano, com distância média dos portos marítimos superior a 1000 quilômetros, integrada por Estados de grande força no agronegócio, já deveria ter suas rotas de escoamento e modais de transportes devidamente

equacionados com a finalidade de dar competitividade "da porteira pra fora" ao seu excedente exportável, à semelhança do que já começou a fazer o Governo Marconi Perillo com a elaboração do Plano Diretor de Transportes de Goiás, através de sua Secretaria de Infra-Estrutura.

Há que se ter em conta, ainda, que o vigor da agropecuária do Centro-Oeste também tem expressão internacional já que, em 2004, respondeu por 10% da soja e do algodão produzidos no mundo, estando estes entre os mais dinâmicos produtos da cadeia do agronegócio mundial. As estatísticas atuais mostram que a região supera países como a Argentina e os demais integrantes da América do Sul em termos de produção de soja, algodão e rebanho bovino. Sua produção de grãos é bem superior a da União Européia e seu rebanho bovino é bem maior que o de muitos países desenvolvidos como França, Alemanha, Rússia, Reino Unido, Itália, Espanha, Canadá, Austrália, entre outros. Também é preciso considerar que além de já ser um celeiro de alimentos o Centro-Oeste brasileiro possui a última grande fronteira agrícola do mundo estimada em 80 a 100 milhões de hectares, o que reserva aquela região papel estratégico na segurança alimentar da população mundial.

Tamanha potencialidade, entretanto, só aumenta a vulnerabilidade da economia centroestina na medida em que boa parte de seu excedente de produto se destina ao mercado externo, concorrendo assim com países altamente competitivos como os Estados Unidos cujos produtores são respaldados por pesquisas tecnológicas e políticas protecionistas providas pelo Governo Central. Esta é mais uma razão para que o Governo brasileiro possa gerir e proteger melhor o potencial competitivo de sua região central contra a concorrência estrangeira, além de proporcionar sua inclusão no desenvolvimento industrial do País já que seu dinamismo agrícola tem sido vital para o sucesso do agronegócio brasileiro. Vê-se, pois, que o quadro circunstancial por que passa o Centro-Oeste torna esse momento tanto mais oportuno à criação de um organismo federal com função de gerenciar essa região tão estratégica para o desenvolvimento nacional.



A Evolução da Economia do Estado de Goiás e suas Relações com o Centro-Oeste



Humberto Tannús Junior *

A região Centro-Oeste deve ser considerada como um grande espetáculo do crescimento econômico brasileiro ao longo das últimas décadas. Comparando-se as taxas de crescimento do PIB da região com as do Brasil verificamos a elevada performance apresentada pelo Centro-Oeste, que nos últimos 40 anos cresceu aproximadamente 9% ao ano. Conforme constata estudo elaborado pelo IPEA, desde o início dos anos 60, o crescimento observado na sua economia, além de muito alto foi também bastante estável, inclusive em períodos de crises verificadas na economia brasileira.

Nesse contexto de crescimento, o estado de Goiás se insere de forma significativa. Isto pode ser confirmado com a constatação de que importantes transformações estruturais de sua economia aconteceram nas últimas décadas, com o aprofundamento de sua relação de complementaridade com o centro dinâmico do país, permitindo a consolidação de bases para o crescimento econômico do estado.

Deve ser destacado, assim como para todo o Centro-Oeste, a participação fundamental dos setores públicos federal, estaduais e municipais para o desenvolvimento regional. Ao verificar

o desenvolvimento do Estado de Goiás ao longo das décadas iremos nos deparar com a busca pelo crescimento econômico, via modernização dos setores agropecuários e agroindustriais, fortemente amparada em políticas públicas como crédito rural, planos regionais de desenvolvimento, política de preços mínimos. É certo que a frequência e a magnitude com que essas políticas foram implementadas variam no tempo e na forma de intervenção. No entanto, foram fundamentais para a consolidação de um processo de desenvolvimento regional para o Centro-Oeste e para Goiás.

Recentemente, com a crise dos anos 90 e as conseqüentes mudanças na política nacional, as políticas regionais e setoriais sofreram transformações profundas, exigindo mudanças nas estratégias de políticas públicas até então implementadas. É um período de intensa reestruturação da participação do poder público na condução do processo de desenvolvimento do Estado de Goiás.

O quadro abaixo mostra a evolução da participação do Produto Interno Bruto da região Centro-Oeste no PIB nacional, assim como do Estado de Goiás. Verifica-se a manutenção do processo de crescimento, apesar de crises econômicas severas enfrentadas ao longo das últimas décadas.

Tabela 1
Participação no PIB do Brasil, a preço de mercado corrente, do Centro-Oeste e Estado de Goiás 1985, 1990, 1996 - 00.

Estado/Região	1985	1990	1996	1997	1998	1999	2000
Goiás	1,80	1,75	1,87	1,84	1,91	1,84	1,97
Centro-Oeste	4,81	5,16	6,08	6,25	6,84	6,45	6,95

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais.

* Presidente do Conselho Federal de Economia e Superintendente Executivo da Seplan-GO
E-mail: tannusjr@seplan.go.gov.br



Destaca-se a atividade agropecuária no Estado de Goiás que registrou um crescimento da ordem de 7% em 2000, conforme evidencia quadro abaixo. Este fato é decorrente do aumento da produção de soja, milho e café aliado à melhoria de seus preços. A atividade industrial apresentou, também, um crescimento significa-

tivo, com destaque para a indústria química (pólo farmacêutico), metalúrgica básica, fabricação de produtos minerais não-metálicos, confecção de artigos de vestuário e acessórios e a agroindústria. Este fato contribuiu para a elevação, em 2000, do PIB per capita do estado.

Tabela 2
Produto Interno Bruto do Estado de Goiás - 1995 - 00

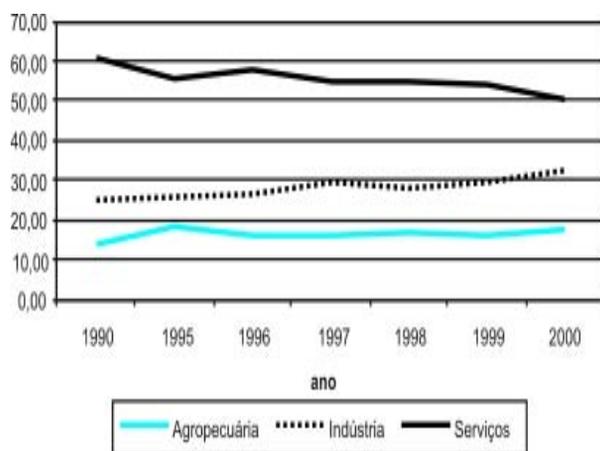
Ano	PIB a preços correntes (R\$ milhões)	Taxa real de variação (%)				PIB per capita (R\$)
		PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	
1995	11.875	1,84	4,20	-0,84	2,43	2.680
1996	14.592	3,67	0,39	5,00	4,11	3.146
1997	16.025	5,27	8,61	7,29	3,41	3.385
1998	17.428	2,19	6,97	-0,97	2,50	3.611
1999	17.920	3,17	4,53	3,18	2,76	3.641
2000	21.665	5,11	7,27	6,89	3,50	4.318

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais.

As taxas de crescimento da economia goiana são superiores àquelas verificadas para a economia nacional, refletindo na ampliação da participação do Estado de Goiás na formação do PIB brasileiro. Ao longo da década de 1990, a estrutura produtiva do PIB do Estado de Goiás, sumarizadas no gráfico ao lado, apresentou pequenas alterações, com destaque para o avanço do setor industrial e da própria agricultura. Mais uma vez é importante frisar que os instrumentos públicos de apoio aos setores produtivos se alteraram durante essa década.

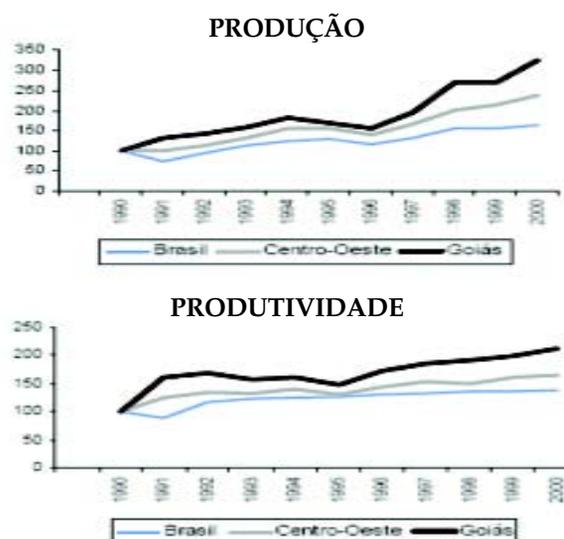
Observa-se que, no caso da atividade agrícola, a produção de soja em Goiás apresenta índices de produtividade superiores aos verificados no Centro-Oeste e no Brasil. Nos anos 90 merece ainda destaque em Goiás, o algodão, que respondia por 3,4% da produção brasileira em 1990, passando a contribuir, em 2000, com cerca de 15,3%. Situação semelhante é observada para outras culturas e produtos de origem animal.

Gráfico 1
Composição do PIB do Estado de Goiás



Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Contas Regionais.

Figura 1
Crescimento da Produção e Produtividade de Soja no Brasil, Centro-Oeste e em Goiás de 1990 a 2000 (1990=100)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola



O Setor Industrial em Goiás também teve boa performance nos anos 90. O Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor cresceu 21,8%, destacando-se o sub-setor de transformação. Entre 1989 e 1999, as participações do Centro-Oeste e de

Goiás no VAB do Brasil, na Indústria de Transformação, quase duplicaram. Neste período, Goiás contribuiu, em média, com a metade de todo VAB desta atividade econômica no Centro-Oeste.

Tabela 3
Participação do Centro-Oeste, e suas Unidades Federativas, no Valor Adicionado Bruto do Brasil, na Indústria de Transformação de 1989 a 1999

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
CO	1,4	1,5	1,8	2,0	2,0	2,2	2,1	2,2	2,3	2,5	2,5
GO	0,7	0,8	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
MT	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
MS	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5
DF	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais.

Com base nas informações da PNAD de 1992 e 2001, verifica-se uma elevação de cerca de 420 mil postos de trabalho no Estado de Goiás, com destaque para setores relacionados com a administração pública, transporte / comunicação e comércio de mercadorias. O setor industrial apresentou um acréscimo inferior no volume de postos de trabalho gerado, e o setor agrícola teve

uma redução nas ocupações. Deve ser evidenciado que o crescimento populacional do Estado de Goiás manteve-se com taxas superiores às verificadas tanto para o Brasil como para a região Centro-Oeste. Este fato também diferencia o estágio de desenvolvimento do Estado de Goiás dos demais entes federados do Centro-Oeste.

Tabela 4
População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Segundo as Unidades Federativas do Centro-Oeste - 1991/2000

Unidades	População Residente			Taxa Geométrica de Crescimento Anual		
	1991	1996	2000	91/96	96/00	91/00
Brasil	146.825.475	175.079.573	169.799.170	1,4	2,0	1,6
Centro-Oeste	9.427.601	10.501.480	11.636.728	2,2	2,6	2,4
Mato Grosso do Sul	1.780.373	1.927.834	2.078.001	1,6	1,9	1,7
Mato Grosso	2.027.231	2.235.832	2.504.353	2,0	2,9	2,4
Goiás	4.018.903	4.515.868	5.003.228	2,4	2,6	2,5
Distrito Federal	1.601.094	1.821.946	2.051.146	2,6	3,0	2,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.

Finalmente, deve ser registrado que, nos últimos trinta anos, a economia goiana cresceu acima da média nacional, que as transformações sócio-econômicas tiveram respaldo fundamental das ações do Estado e que a integração com o centro dinâmico do país está sendo estabelecida de maneira específica.

Nesse sentido, a região Centro-Oeste deve ser considerada como um grande espetáculo do crescimento econômico brasileiro ao longo das últimas décadas. Este fato ocorre com a perda paulatina de importância relativa do seu setor tradicional para o aumento de importância dos setores responsáveis por atividades produtivas,



com geração de mais alto valor agregado por unidade de produto. No entanto, ainda é forte a importância do setor agropecuário para a economia da região uma vez que foi por intermédio do setor primário que se deu a ocupação do espaço regional e uma maior integração comercial com outras regiões do Brasil.

Apesar desse cenário favorável muito ainda precisa ser feito para que o Centro-Oeste e o Estado de Goiás atinjam um desenvolvimento sustentável e igualitário. Os desequilíbrios no processo de desenvolvimento existem tanto dentro da própria região como entre estados e municípios. Implementar estratégias definitivas para sustentar o crescimento econômico que

hoje o Estado de Goiás atingiu, sem permitir a desestruturação do processo de renda, é o foco central das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais.

Nesse sentido, não se pode pensar o desenvolvimento regional para o Centro-Oeste e para o Estado de Goiás sem a construção de um arcabouço consistente de parcerias entre os entes públicos e privados condutores do desenvolvimento e da geração de renda na região. A inclusão social, a redução de desequilíbrios inter e entre regiões, a distribuição mais eqüitativa de renda tornam-se os caminhos necessários para a estratégia de desenvolvimento sustentável que o estado de Goiás tem perseguido ao longo das décadas.



Dez anos de Plano Real

No dia 1º de julho último o Plano Real completou seu décimo aniversário e numa avaliação do mesmo as seguintes questões vêm ao debate: 1) Tendo em vista os objetivos buscados pelo governo da época, pode-se afirmar que o Plano foi coroado de êxitos ou fracassou? 2) O Plano Real por ter atingido seus objetivos, ou por ter fracassado, não existe mais? Ou ainda existe e continua dependendo da conjuntura econômico-financeira mundial, do fluxo internacional de capitais, das nossas reservas cambiais, da capacidade do governo de promover ajustes na política econômica e da implementação de reformas estruturais?

Na semana do aniversário do Plano Real o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e membros de seu governo afirmaram que o Real mudou o País, para melhor, propiciando a estabilidade econômica tão almejada antes e durante estes dez anos e, como ela é condição indispensável ao crescimento sustentável, trata-se de uma grande conquista. Já uma parte dos economistas e analistas econômicos, principalmente aqueles que vêm criticando a política econômica do governo Lula e criticavam as políticas econômicas dos governos Itamar Franco e FHC, afirma que não há motivos para comemorações, tendo em vista a estagnação econômica vivida pelo país no período, que gerou elevação do desemprego, um mercado informal imensurável e a uma grave crise social, além da elevada vulnerabilidade externa da economia brasileira e a explosão da dívida pública.

*Economista, professor da Universidade Católica e consultor econômico.
E-mail: ccnconsultoria@zaz.com.br.

Luiz Alberto Gomes de Oliveira*



Há dez anos atrás o Brasil vivia um intenso debate sobre o Plano e o futuro da economia brasileira. De um lado estava a equipe econômica do governo e grande parte dos economistas e analistas econômicos assegurando que a estabilidade econômica seria alcançada e seria definitiva, que a vida do brasileiro iria melhor e o país entraria num novo ciclo duradouro de crescimento, com distribuição de renda. De outro lado estavam alguns economistas, analistas de conjuntura e líderes políticos da oposição afirmando que o Plano não daria certo e se tratava de mais um engodo

“A queda da inflação se deu beneficiando principalmente a população pobre, que não tinha como se defender da corrosão do poder de compra de seu salário ocasionado pelo processo de super inflação”

eleitoral, cujo objetivo principal seria eleger FHC à Presidência da República. A história mostrou que nenhum dos lados estava inteiramente com a razão. Nem o Brasil entrou em um novo ciclo duradouro de crescimento e nem o Plano foi apenas mais um engodo eleitoral, apesar de Fernando

Henrique ter sido eleito e reeleito graças ao Real.

No início da implantação do Real, no governo Itamar Franco, com FHC à frente do Ministério da Fazenda, eram enfatizados três principais objetivos buscados com o Plano: i) a inflação em trajetória declinante; ii) o crescimento sustentado a longo prazo do PIB, dos investimentos, do emprego e da produtividade; e iii) a redução dos desequilíbrios sociais de maneira relevante.

Dez anos depois, uma análise desapaixonada mostra que dos três objetivos principais do Plano, apenas o primeiro foi plenamente atingido, visto que de uma inflação de 2.564,01% em 1993 passamos para índices anuais de inflação de apenas um dígito na maioria desses dez anos. Segundo o DIEESE, a média mensal do Índice de Custo de Vida - ICV/DIEESE Município de São



Paulo que foi de 21,26% em 1994, caiu para 2,04% em 1995 e menos de 1,0% nos anos seguintes, excetuando-se o ano de 2002 quando atingiu a média mensal de 1,02%. E mais, a queda da inflação se deu beneficiando principalmente a população pobre, que não tinha como se defender da corrosão do poder de compra de seu salário ocasionado pelo processo de super inflação, segundo alguns, ou da hiperinflação, segundo outros estudiosos e analistas de conjuntura. Além disto, no período a cesta básica subiu menos que a inflação e até menos que a elevação do valor do salário mínimo. Em decorrência disto, segundo o DIEESE, a quantidade de horas de trabalho necessárias para o trabalhador que recebe salário mínimo adquirir a cesta básica de alimentos apresentou, no decorrer do período, uma trajetória declinante ao ponto de em maio deste ano equivaler a 62,3% do tempo de trabalho necessário observado em julho de 1994.

Do segundo objetivo, apenas o crescimento da produtividade foi plenamente atingido, com a produtividade industrial crescendo extraordinariamente acima das expectativas mais otimistas. É bem verdade que a economia só entrou em recessão o ano passado, mas as baixas taxas de crescimento do PIB no período mostram claramente que o crescimento sustentado não foi atingido, como era o desejo do governo e da maioria da sociedade brasileira. Prova disto é que a taxa média de crescimento anual do PIB no período ficou em apenas 2,43%, enquanto, para vários estudiosos ela deveria ser de no mínimo 5% ao ano. Como a população brasileira continuou crescendo no período, a taxa de variação anual do PIB per capita ficou em apenas 1,06% nestes dez anos, sendo que nos últimos seis anos ela caiu para insignificantes 0,04%.

Neste período o desempenho da economia brasileira apresentou duas fases distintas. A primeira, de 1994 a 1997, é caracterizada por taxas de crescimento moderadas e decrescentes. Já a segunda fase, a partir de 1998, se caracteriza por apresentar taxas de crescimento menores e significativamente desiguais. As taxas médias de crescimento anual do PIB nestas duas fases ficaram respectivamente em 4,08% e 1,38%.

A taxa de investimento (isto é, a FBKF - Formação Bruta de Capital Fixo) ficou em média em torno dos 18% do PIB ao ano, quando deveria ser de no mínimo 25% do PIB para poder propiciar crescimento econômico, com geração de empregos. Com taxa tão baixa de investimento a economia brasileira não tinha evidentemente como crescer de forma expressiva e sustentável. E assim, no período de 1995 a 2003 o país apresentou, em todos os anos, taxas de crescimento econômico abaixo da média mundial, além de ter adquirido o título de país com a menor taxa de crescimento do PIB entre todos os países chamados emergentes. Não é por outro motivo que em dez anos passamos da oitava economia mundial para a décima quinta posição no ranking das maiores economias do mundo.

Já o terceiro objetivo - a redução dos desequilíbrios sociais, de maneira relevante - está muito longe de ser atingido. Com política monetária contracionista, juros altos, arrocho fiscal, aumento da carga tributária, baixas taxas de investimento e constantes crises financeiras internacionais a economia ficou estagnada e por isto não houve crescimento do emprego, pelo contrário, ele decresceu no período. E, assim, o desemprego passou a ser o mais grave problema econômico e social do país.

Segundo o IBGE, no período 1994 - 2002 notou-se uma piora acentuada na distribuição funcional da renda no país. Enquanto em 1994 os rendimentos do fator trabalho representavam 40,1% do PIB, essa proporção caiu sistematicamente ao longo do período e se situou em apenas 36,1% do PIB em 2002. Ou seja, a distribuição funcional da renda (distribuição da renda nacional entre rendimentos do trabalho e rendimentos do fator capital) que já era muito ruim ficou pior ainda.

No período, constata-se uma diminuição da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados de maior e menor salário, medido pelo Índice Gini. Este índice é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição e varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero, melhor distribuída é a renda, já quanto mais próximo de um, identifica uma situação de desigualdade entre os rendimentos dos que ganham mais



e os que ganham menos. Segundo o DIEESE, o movimento descendente do Índice de Gini do rendimento médio nominal mensal dos assalariados da Grande São Paulo, que caiu de 0,51 em janeiro de 1994 para 0,46 em agosto de 2003, reflete uma diminuição da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados, mas essa redução infelizmente não foi conseqüência de uma elevação dos rendimentos mais baixos, mas sim, de uma redução nos rendimentos dos assalariados de salários mais elevados.

A inflação foi derrotada e até hoje se encontra sob controle. Mas é bom lembrar que a Medida Provisória do Plano Real destacava como prioridade "estabelecer o equilíbrio das contas do governo com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira". E o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan chegou a afirmar ser impossível manter o processo de estabilização com um déficit público nominal superior a 4% do PIB. Apesar dos superávits primários alcançados nos últimos anos, o déficit nominal ficou acima desse patamar boa parte do período.

Apesar de ter obtido sucesso contra a inflação, haja vista sua significativa redução, o Plano não conseguiu sanar, pelo menos durante o governo FHC, aquilo que diagnosticava como sendo o principal foco de pressão inflacionária no país: o desequilíbrio das contas públicas. De 1994 para cá a dívida líquida do setor público em porcentagem do PIB passou de 32,3% para mais de 56%, mesmo com a carga tributária tendo subido de 25,3% em 1993, para 36,11% o ano passado.

A estabilidade monetária atingida com o Real teve duas fases distintas: a primeira vai de julho de 1994 até 13 de janeiro de 1999, quando o governo recorreu ao artifício da âncora cambial, e a segunda de janeiro de 1999 até hoje, quando a âncora cambial foi substituída pelas âncoras monetária e fiscal. A base do sistema de âncora cambial foi a intensificação da abertura comercial e a valorização da moeda nacional, para conter o processo inflacionário por meio de preços menores dos produtos importados. Mas outras conseqüências da adoção da âncora cambial tam-

bém ocorreram, tais como: i) o aumento das importações, o fraco desempenho das exportações e déficits na balança comercial no período de 1995 até o ano 2000; ii) a elevação dos juros básicos da economia para atrair capital externo, via conta de capital, e a venda de reservas cambiais; tudo isto, para assegurar o câmbio fixo; e iii) a elevação da dívida pública em decorrência da elevação das taxas de juros.

A segunda fase da estabilização monetária iniciada em janeiro de 1999, em decorrência da derrocada do modelo baseado na âncora cambial, perdura até hoje e se caracteriza: i) pela substituição do sistema de bandas cambiais pelo regime de câmbio flutuante; ii) pela implantação do sistema de metas de inflação (a partir de julho de 1999), que tem requerido desde sua introdução no país até hoje a manutenção de uma taxa de juro real muito alta; e iii) por elevados superávits primários.

A busca das metas de inflação tem ocasionado a manutenção de taxas básicas de juros muito altas, o que tem se constituído num desestímulo ao investimento produtivo. E o cumprimento de metas elevadas de

superávit primário tem impossibilitado ao Estado realizar investimentos em infra-estrutura e aumentar seus gastos. E, assim, com baixas taxas de investimento e gastos do governo deprimidos a demanda agregada não se expande e a economia fica estagnada.

Podemos afirmar hoje que tanto o governo quanto a oposição erraram. O primeiro errou porque o crescimento duradouro e o desenvolvimento com distribuição de renda não ocorreram. Mas, por outro lado, os opositores e críticos de primeira hora também erraram em seus prognósticos a respeito do Real e do futuro da economia do país, visto que seus prognósticos sombrios felizmente não ocorreram. Depois de dez anos de Real fica evidente que eles se equivocaram quando afirmaram que o Plano era puramente eleitoreiro, que o panorama para o país era negro e a lógica do Real era a recessão, a quebra da indústria brasileira, o desemprego em massa, a queda do poder aqui-

“A busca das metas de inflação tem ocasionado a manutenção de taxas básicas de juros muito altas, o que tem se constituído num desestímulo ao investimento produtivo”



sitivo e um mercado descontrolado, com os preços relativos disparados.

Mas a análise feita pela oposição não estava totalmente errada. Infelizmente, a previsão de aumento do desemprego aconteceu. De uma taxa de desemprego de 5,4% em 1994, saltamos para 8,2% de desemprego em maio de 1998 e para mais de 13% no início deste ano. E a queda do poder aquisitivo acabou ocorrendo na segunda fase do Plano. A economia não entrou em recessão, como previu os economistas da oposição, mas as taxas de crescimento do PIB foram muito baixas no período. O desemprego cresceu extraordinariamente, assim como também, o endividamento externo e a dívida pública.

Nos primeiros quatro anos do Real o governo conseguiu debelar a inflação, sem recessão, com aumento do poder aquisitivo da população de baixa renda, redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população. Mas, no entanto, não conseguiu reduzir os desequilíbrios sociais de maneira relevante. A pobreza nesse período diminuiu, é verdade, mas o grau de desigualdade não. De um grau de desigualdade equivalente a 4,48 em 1991 saltamos para um grau de 5,07 em 1996. Isto é, em 1996 a parcela da

renda dos 20% mais ricos da população brasileira era quase 5 vezes maior que a parcela da renda que cabia aos 50% mais pobres. Como a situação econômica e social piorou a partir de 1997 pode-se concluir que o grau de desigualdade aumentou ainda mais. Com isso o país continua apresentando uma das mais altas taxas de concentração de renda do mundo.

E, por último, se realmente queremos garantir uma estabilização duradoura, com crescimento econômico sustentável e com justiça social o caminho a ser percorrido ainda é longo e árduo. Para se atingir estes objetivos o país depende ainda dos seguintes fatores: conjuntura econômico-financeira internacional favorável ao crescimento de economias emergentes; nível de reservas cambiais suficientes para suportar turbulências financeiras e eventuais fugas de capital; capacidade do governo de promover ajustamentos na política econômica; e implementação de reformas estruturais, como as reformas tributária, fiscal e da previdência, que possibilitem um ajuste fiscal duradouro e um verdadeiro equilíbrio nas contas públicas, além de reformas microeconômicas como PPPs - Parcerias Público Privadas, Lei de Falências e marcos regulatórios que possibilitem e estimulem os investimentos privados.



Quadro 1
Avaliação do Plano Real

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
A estabilidade da moeda foi obtida sem recessão.	A queda nas taxas de crescimento do PIB. A economia está estagnada há mais de dez anos.
Aumento da produtividade na indústria, que cresceu de forma extraordinária no período, principalmente nos primeiros anos.	O crescimento do desemprego industrial.
CONTAS EXTERNAS	
Mesmo com a queda verificada nos últimos anos, houve um significativo crescimento no investimento externo direto, que de apenas US\$ 0,9 bilhão em 1993 chegou a US\$ 33 bilhões em 1999. No ano passado o IED ficou em US\$ 10 bilhões.	A Balança Comercial brasileira, que era superavitária, passou a deficitária. Só a partir de 2001 a balança comercial voltou a ser superavitária.
O crescimento dos financiamentos externos e dos empréstimos a médio.	A dívida externa total cresceu de US\$ 148,3 bilhões em 1994 para US\$ 225,6 bilhões em 1999. O ano passado ela ficou em US\$ 214,9 bilhões.
	O resultado das Transações Correntes: de um déficit de US\$ 0,6 bilhão em 1993 (0,15% do PIB) para US\$ 33,4 bilhões em 1998 (4,2% do PIB). Em 2003, pela primeira vez, o país teve um superávit nesta conta e ele chegou a US\$ 4,6 bilhões.
CONTAS PÚBLICAS	
Elevação da arrecadação pública.	A elevação da carga tributária bruta de 25,3% do PIB em 1993 para 29,5% em 1997 e 36,11% em 2003.
O ajuste fiscal.	A Dívida Mobiliária Federal cresceu de R\$ 61,8 bilhões em 1994 para mais de R\$ 740 bilhões em 2003; e a Dívida Líquida do Setor Público cresceu no mesmo período de R\$ 108,8 bilhões para R\$ 913,1 bilhões em 2003. Só com juros sobre a Dívida Interna o setor público pagou de 1994 a 2003 R\$ 720,2 bilhões.
EMPREGO, RENDA E SALÁRIO	
Aumento do poder aquisitivo da população de baixa renda e, em consequência disso, a ampliação do número de consumidores.	O crescimento do desemprego: de 5,4% da PEA nas regiões metropolitanas em 1994 para mais de 13% no início de 2004.
Redução da proporção de pobres de 32,2% da população em 1993 para 25,10% em 1996.	A precarização do emprego e o crescimento explosivo do mercado informal de trabalho.
Aumento do salário real e da massa salarial, principalmente na primeira fase do Real.	O arrocho salarial sobre os funcionários públicos e a perda do poder de compra do rendimento médio real dos trabalhadores ocupados a partir do ano 2000.
CONDIÇÕES DE VIDA E GRAU DE DESIGUALDADE	
O crescimento do percentual de residências com abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo, energia elétrica, telefone, fogão a gás, geladeira, freezer, lava-roupa, rádio e televisão.	O grau de desigualdade entre os 20% mais ricos da população e os 50% mais pobres aumentou.
INFLAÇÃO E TAXA DE JUROS	
Queda da inflação anual de 2.580% em 1993 para inflações anuais de um dígito na quase totalidade desses dez anos.	As elevadas taxas reais de juros
A cesta básica que teve uma elevação abaixo da inflação e do salário mínimo no período de 1994 a junho de 2004.	A elevada inadimplência.



A Nova Economia Goiana

Com uma área de 340.086,70 Km² e 5.210.335 de habitantes, o Estado de Goiás é um verdadeiro Estado-país (a Inglaterra tem 244.110 Km² e a Alemanha 356.970 Km²) e vem apresentando mudanças em sua estrutura econômica que se refletem em índices de crescimento e desenvolvimento dignos de uma análise um pouco mais detalhada. É o que faremos a seguir.

1. SAÚDE

A rede hospitalar do Estado sofreu uma queda de 6,98% no período de 1995 a 2002¹, caindo de 401 para 373 hospitais no período. O número de leitos caiu de 22.316 para 19.788, uma queda de 26,92% em relação ao número de habitantes. Ainda assim, os 3,8 leitos por habitante do Estado ficam acima da média Brasil de 2,7.

Ao trabalharmos com indicadores, não podemos deixar de analisar sua atualidade. No caso específico da relação entre o número de leitos e o número de habitantes de uma região (indicador universalmente utilizado), devemos agregar a essa informação as condições de atendimento e alta de pacientes, uma vez que novas técnicas médicas estão dispensando, em alguns casos, internação ou mesmo intervenção cirúrgica. Atualmente já são possíveis intervenções rápidas feitas em ambulatórios sem a necessidade de centros cirúrgicos e longos períodos de recuperação. Dessa forma, a demanda por leitos é reduzida (mas, ainda não temos dados disponíveis para uma verificação empírica), e podemos estar perseguindo metas, que não necessariamente nos levem a uma melhoria no bem-estar da

* Mestre em economia de empresas, professor e coordenador de economia das Faculdades Alves Faria- ALFA.

E-mail: marcelo@alfa.br

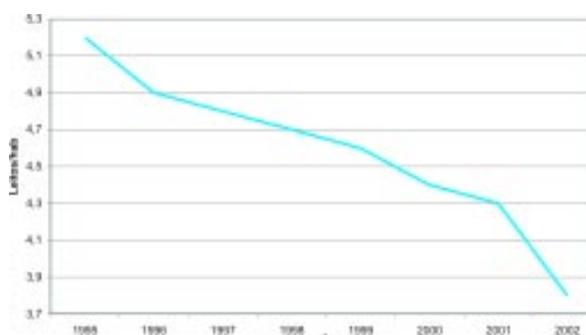
¹ Goiás em Dados – Seplan 2003.



Marcelo Ladvocat*

população. Estaríamos assim, desperdiçando recursos públicos.

Gráfico 1
Leitos por habitantes



Fonte: Seplan-Go/SEPIN-2003

2. EDUCAÇÃO

O número de escolas caiu de 5.862 em 1996 para 4.960 em 2002. Mas, vale ressaltar que enquanto as redes federal e privada cresceram e a estadual teve uma pequena queda de 1,56%, a rede municipal fechou 411 estabelecimentos representando 45,57% da perda total do Estado. Por outro lado, o número de salas de aula cresceu de 25.396 em 1997 para 32.896 em 2002. Importante destacar ainda, a queda no analfabetismo (para maiores que 15 anos) no Estado de 15,12% para 11,67% no período de 1995-2001. No Brasil a taxa de analfabetismo em 2000 era de 12,94%.

3. INFRA-ESTRUTURA

Em 1980 o Estado apresentava 1.032.080 habitantes atendidos pela rede de água com uma rede de 3.037.391 m, o que representava 54% dos habitantes do Estado. Em outubro de 2001, o total da população atendida já atingia 3.862.120 habitantes, representando 85% da população goiana².

² Fonte: SANEAGO.



Quanto ao sistema de esgoto, em 1980 temos 260.575 habitantes atendidos, representando 13% da população total do Estado. Em outubro de 2002 esse número salta para 1.597.944 habitantes, representando 35% dos goianos.

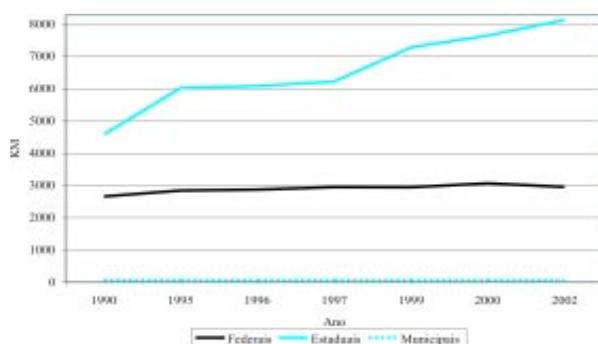
O consumo de energia elétrica no Estado cresceu no período 1980-2002 388% e vale destacar o crescimento do consumo rural, que saltou de 23.969 Mwh em 1980 para 725.906 Mwh em 2002. Segundos dados da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL -, o Estado de Goiás está com 97,15% de seus domicílios atendidos enquanto a média nacional é de 94,54%.

Com investimentos privados totais de R\$ 1.788 milhões e 1.200.200 terminais em serviço, o Estado de Goiás conta hoje com uma rede de telefonia de voz e dados 100% digital³.

O Estado registra em 2002 um total 11.161,3 Km de estradas pavimentadas, sendo 2.960,3 km de estradas federais, 1.636 Km de estaduais transitórias, 6.505 Km de estaduais e 60 Km de estradas municipais. É importante observar que enquanto o total de estradas pavimentadas no Estado cresceu 52,62%, o total de estradas estaduais cresceu 77,36%.

Uma visão estratégica da geopolítica do Estado de Goiás pode ser decisiva às pretensões de crescimento sustentado. A Plataforma Multimodal, um projeto de R\$ 250 milhões⁴, que está sendo construída em Anápolis é uma obra fundamental a esse objetivo e pode consolidar a posição de um dos Estados que mais cresce no país.

Gráfico 2
Rodovias Pavimentadas - GO



Fonte: Seplan-Go/SEPIN-2003

³ Fonte: site Anatel

⁴ Fonte: site SEPLAN.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

4.1. Indicadores de Desempenho Fiscal⁵.

- Operações de Crédito x Receitas Próprias.

Essa relação, que reflete o grau de incapacidade do Estado em financiar seus gastos com recursos próprios e disponíveis, vem demonstrando sustentabilidade crescente nas contas estaduais nos últimos três anos. Em 2001 era de 0,0078, em 2002 saltou para 0,0835 e em 2003 ficou em 0,0637.

- Receitas Correntes x Receitas de Capital.

Estabelece o grau de relação entre os recursos tributários e de outras arrecadações próprias com suas receitas de empréstimos, alienações ou ganhos financeiros. Na verdade, esse indicador tem a mesma função do anterior - avaliar a incapacidade de financiamento do Estado -. Em 2001 era de 15,78395, em 2002 foi para 24,81238 e em 2003 atingiu 25,91457 o que vem reforçar a leitura anterior de uma situação crescentemente mais sólida.

- Despesas Correntes x Despesas de Capital.

Esse indicador que mostra a relação entre os gastos com a máquina pública e os investimentos públicos, indica um aumento significativo na capacidade de investimentos públicos do Estado. Em 2001 a relação era de 9,395731, em 2002 de 9,690841 e em 2003 caiu para 7,64232.

5. PIB DO ESTADO DE GOIÁS

O crescimento da participação do Estado de Goiás do PIB brasileiro, demonstra a consistência dos dados anteriormente analisados. Note (gráfico 3), que a partir de 1992 Goiás vem apresentando crescimento consistente em relação ao Brasil. A participação do PIB goiano que em 1985 era de 1,80% do PIB brasileiro, atinge em 2001 a marca de 2,09%⁶.

⁵ Fonte: site SEFAZ - SIOFI-NET/SCP-NET/SEFAZ-GO

⁶ Fonte: site SEFAZ - SIOFI-NET/SCP-NET/SEFAZ-GO



Ao analisarmos o comportamento estrutural da economia goiana, verificamos uma tendência de inversão de papéis dentro da agropecuária (gráfico 4). Comparados com o Brasil, a produção goiana no período 1990-2002, cresceu 171,71% contra a produção nacional com 82,95%⁷.

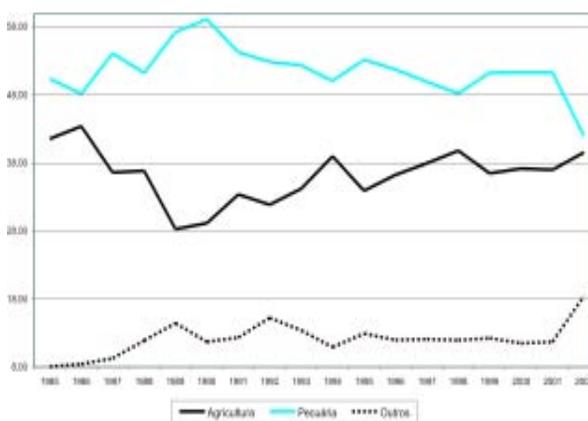
As finanças do Estado estão equilibradas e demonstram poder de alavancagem. Goiás demonstra ainda, estar se aparelhando para ocupar de fato sua posição estratégica na geopolítica nacional. Mas, não pode se descuidar da preparação que se faz necessária para mitigar as externalidades geradas por um processo de crescimento acelerado como o que estamos vivenciando. Questões como saúde, segurança e educação se não planejadas de acordo com o ritmo de crescimento empreendido, podem resultar em uma barreira à sustentabilidade do próprio crescimento.

"Countries that pursue policies of broad based access to infrastructure and resources, such as health services and education, will in all likelihood find that economic growth is distributed relatively equally among the various groups in society." (Ray, 1998)

"Questões como saúde, segurança e educação se não planejadas de acordo com o ritmo de crescimento empreendido, podem resultar em uma barreira à sustentabilidade do próprio crescimento."

Gráfico 4

Agropecuária - Goiás



Fonte: SEPLAN/SEPIN - Gerência de Contas Regionais

Referências

Clemente, Ademir e Higachi, Hermes Y. Economia e Desenvolvimento Regional. Atlas, São Paulo, 2000.

Hillman, Arye L. Public Finance and Public Policy - Responsibilities and Limitations of Government. Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada - IPEADATA: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

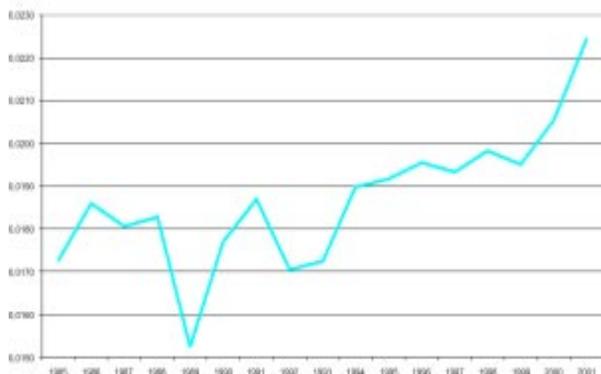
Giambiagi, Fabio e Além, Ana Cláudia. Finanças Públicas - Teoria e Prática no Brasil. Campus, Rio de Janeiro, 2003.

Ray, Debraj. Development Economics. Princeton University Press, New Jersey, 1998.

Stiglitz, Joseph E. Economics of Public Sector. Third edition, W. W. Norton & Company, Inc, New York, 2000.

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN-GO. Goiás em Dados 2003.

Gráfico 3
Evolução do PIB - GO x BR



Fonte: IBGE.

⁷ Fonte: SEPLAN-GO



Uma Nova Proposta de Política Industrial para Goiás

Uma das causas que proporcionaram ao Estado de Goiás seu atual estágio de industrialização, sem dúvida, foi sua política de incentivo fiscal para estimular investimentos industriais. Os pilares básicos dessa política estão expressos nas leis estaduais n.ºs 2000 de 1958, 7384 de 1971, 7.700 de 1973, 9.489 de 1984 e 13591 de 2000. Numa análise resumida sobre essa legislação podemos sintetizá-la:

Quadro 1
Goiás - Histórico dos Benefícios Fiscais

Lei	Tributo	Incentivo e Condições
2000/1958	IVC	Isenção por 10 anos. Abrangia todos os ramos industriais
7384/1971	ICM	Financiamento de 42% do ICM, no prazo de 5 anos. Abrangência de todos os ramos industriais.
7.700/1973	ICM	Isenção do ICM por 7 anos. Atendia todos os ramos industriais
9.489/1984	ICMS	Criação do Programa Fomentar. Financiamento de 70% do imposto a recolher. Prazos de vigência inicial de 5 a 10 anos, ampliados para 15 e até 30 anos.
13.591/2000	ICMS	Criação do Programa Produzir e SubProgramas TeleProduzir, CD Produzir, LogProduzir e ComexProduzir. Financiamento de até 73% do imposto a recolher. Crédito outorgado. Prazos de vigência de 5 a 15 anos, com limite em 2020.

Elaboração: Autor

Paralelo a essa legislação básica e com o foco de política de industrialização, foram promulgadas novas concessões de incentivos fiscais sob a forma de "créditos outorgados ou presumidos", mudanças na base de cálculo, transferência do

* Economista e MBA pela Universidade de Genebra/CEI.
E-mail: reinaldo@fieq.org.br



*Reinaldo Fonseca **

recolhimento para a operação posterior, alterações de alíquotas, aproveitamento de créditos todas incorporadas ao Código Tributário do Estado. Essas medidas levaram em consideração situações setoriais da Indústria e a sua competitividade em nível de mercado interno, e na sua maioria foram adotadas pós anos 90.

A avaliação mais rigorosa que se pode fazer do resultado dessa Política é a comparação, no tempo, sobre a participação da Indústria na formação da Renda Interna Estadual.

Vamos tomar como ponto de partida o ano de 1970 e compará-lo com o ano de 2000:

Quadro 2
Goiás - Participação da Indústria na Renda Interna - 1970, 2000

Produto/Setor	Participação na Renda Interna %	
	1970	2000
PIB/Indústria	5,0 (a)	32,5 (b)

Fonte: (a) FGV (b) SEPLAN/SEPIN

Outro indicador de robusta qualidade é o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que captura indicadores econômicos e sociais. Não resta dúvida que o setor Indústria por deter um salário médio maior do que as outras atividades e oferecer mais benefícios sociais impacta o IDH com maior intensidade.

Quadro 3
Goiás - IDH - 1970, 1996

Indicador	Índice		Aumento %
	1970	1996	
IDH	0,431	0,786	82

Fonte: PNUD

Paralelo à política fiscal, e a partir de 1971, o Estado de Goiás iniciou seu ciclo de uma política industrial integrada, com uma visão mais abrangente e, de certa forma, planejada. Os fatos e aconte-



cimentos que apoiam essa afirmação foram: a) reestruturação administrativa da Secretaria da Indústria e Comércio; b) criação da Companhia de Distritos Industriais-Goiásindustrial; transformação da Carteira de Desenvolvimento do BEG em Banco de Desenvolvimento; realização de estudos técnicos com finalidade de desenvolvimento industrial, dentre os quais ressaltamos o estudo que apontou Anápolis como prioridade para se localizar o primeiro distrito industrial planejado de Goiás, o estudo sobre a industrialização da carne bovina e o estudo sobre a potencialidade da indústria de turismo em Caldas Novas, primeiros marcos efetivos de uma ação planejada de Governo e iniciativa privada. Ao lado dessas iniciativas de formação de uma política industrial abrangente e consistente, ocorria no setor primário da economia um programa de governo de resultados imediatos. Foi o programa denominado "Goiásrural" que colocava máquinas/equipamentos à disposição das propriedades privadas a um custo subsidiado. Como resultado Goiás teve ampliado sua capacidade de área agrícola e de pastagem e, como consequência, maior produção agropecuária. Este programa aliado a outras causas, foi um grande estimulador da imigração sulista para o Estado. O gaúcho com tecnologia agrícola mais avançada começou a desenvolver no cerrado lavouras de soja com produtividade aceitável. O algodão iniciou seu ciclo de grandes lavouras no sudoeste. Tal fato ensejou as primeiras agroindústrias de soja e de algodão antes concentradas no arroz e no milho.

A vinda de imigrantes com visão agroindustrial impactou a economia goiana. A crença de que a Goiás estava reservado papel de produtor de produtos primários começou a se desmanchar. A industrialização começou a ser admitida como fato viável ao invés de um sonho de alguns visionários da Federação das Indústrias. Por esse motivo, e pela pressão das classes empresariais, que a lei 7.700 foi constituída, com isenção total do ICM por um período de 5 a 7 anos. Na década de 80 o entendimento da necessidade da industrialização por parte do Governo Estadual aumentou e provocou a edição do Programa Fomentar, através da Lei 9.489/84. Foi este programa, sem dúvida, que materiali-

“A política industrial-fiscal exercida por Goiás está absolutamente correta ao defender o poder de competição dos produtos goianos”.

zou no seio da sociedade de Goiás a bandeira da industrialização. Pela receptividade que teve dos investidores e pelos inúmeros projetos industriais importantes implantados e ou expandidos selou, definitivamente, o compromisso oficial do Estado com o desenvolvimento industrial. Foi calçado, fundamentalmente, no incentivo fiscal-financeiro, a forma mais forte de atrair/estimular investimentos. A maioria das análises realizadas sobre os resultados desse Programa é unânime em reconhecer seu papel de fomentador da industrialização. Alguns estudos questionam seus resultados em termos de "benefício/custo" outros pelo pequeno impacto que provocou nos pequenos negócios.

Este autor reconhece que esse Programa representou um marco na história da industrialização no Estado, pois rompeu com as últimas resistências e crenças de que Goiás não teria condições de se industrializar, além de ter inaugurado uma nova relação de entendimento entre as classes empresariais industriais, as autoridades do Governo e com a sociedade goiana. Como um dos principais corolários desse novo ambiente industrial, iniciou-se um sentimento de credibilidade nos investimentos industriais gerando uma nova mentalidade local capaz de desviar para o setor secundário os lucros obtidos nos setores primário e terciário da economia. As entidades ligadas à Indústria foram mais valorizadas assim como a opinião dos seus dirigentes. A consequência mais forte foi a certeza de que, após os resultados apresentados pelo Programa Fomentar, nenhum líder político em Goiás poderia mais desconhecer a realidade do processo de industrialização em curso e a força empresarial dos comandantes desse processo.

O notável avanço da Indústria em termos de participação relativa na Renda Interna foi um dos principais resultados dessa política, repetindo, de 5% em 1970 para 32,5% em 2000.

Essa posição foi reconhecida pelo novo Governo que se iniciava em 1999 com a discussão com a sociedade e com as classes empresariais de uma nova lei de incentivos, denominada Programa Produzir e com uma nova postura de atos e fatos de política tributária. O novo ingrediente que norteou a



política de incentivos pós 2000 foi a manutenção ou o avanço em termos de "competitividade dos produtos goianos no mercado nacional" e uma significativa abertura para a pequena e média empresa que obtiveram sensível redução da carga tributária estadual no mercado interno. Outro fator decisivo foi o entendimento de que, na agroindústria, é necessário estimular a industrialização em Goiás através de facilidades fiscais "matéria prima-indústria". Assim foi feito e a atual legislação tributária isenta a maioria dos produtos primários industrializáveis do recolhimento na primeira fase, transferindo para a Indústria local essa obrigação.

Outra prática tributária adotada foi a de concessão de "créditos outorgados" na saída interestadual de algumas mercadorias goianas que disputam o mercado nacional, mercadorias essas que nos seus Estados de origem receberam benefícios fiscais, fato que altera a competitividade. A política industrial-fiscal exercida por Goiás está absolutamente correta ao defender o poder de competição dos produtos goianos. O Programa Produzir avançou mais ao estender para atividades comerciais e de serviços benefícios fiscais expressos nos Sub-Programas LogProduzir, apoio a logística de transporte, CDProduzir, apoio a implantação de centros de distribuição, ComexProduzir, apoio às atividades importadoras via Porto Seco de Anápolis e o TeleProduzir, apoio às atividades de telecomunicação. Esse novo entendimento e alcance da política de incentivos fiscais transcendem a política industrial para uma política econômica de crescimento e desenvolvimento das atividades produtivas, fato bastante significativo, e pouco observado pelos analistas, pois abre uma nova fase de política de desenvolvimento.

O crescimento da Indústria provocou a sua diversificação e, em alguns setores, sua verticalização. Consolidaram-se diversos pólos no ramo industrial de confecções, montadoras e distribuidoras de veículos instalaram-se, surgiu um polo de produção de medicamentos genéricos, o setor de mineração verticalizou o ramo de produção de fosfato, a agroindústria aumentou extraordinariamente sua capacidade instalada de produção, em resposta ao crescimento da produção rural, implantaram-se pequenas usinas hidrelétricas, e tudo isso feito de uma forma ordenada e espalhada do ponto de vista geográfico.

O FCO-Fundo Constitucional do Centro Oeste

passou a operar, após 2000, com taxas de juros fixas, fato que foi de fundamental importância para dar suporte financeiro aos investimentos.

Esse novo cenário da economia goiana ensejou uma aproximação maior entre classes empresariais e Governo Estadual e as decisões, antes de serem adotadas, passaram a ter discussão prévia com o empresariado, numa parceria inédita na história política de Goiás e, quem sabe, do Brasil. A defesa dos interesses do Estado, ao nível nacional, passou a ser compartilhada entre o Governo e as entidades de classe. O maior desafio ao crescimento industrial de Goiás, nos últimos 5 anos, passou a ser o que se denomina "guerra fiscal" entre os Estados brasileiros, com todos lutando para atrair ou não perder investimentos e manter ou aumentar o poder de competição de seus produtos. Essa exacerbação da "guerra fiscal" somada aos desejos do empresariado e da sociedade por uma reforma tributária proporcionou o empurrão para o Governo Federal apresentar um projeto de reforma tributária cujo eixo principal é a federalização do ICMS. Caso seja aprovada, conforme está proposta e nela inseridos os acordos de bastidores, os Estados perderão a capacidade de legislar sobre seu principal tributo e essa perda representará o fim dos incentivos fiscal-financeiros, em todas as suas formas. Menos mal a considerar será a manutenção dos atuais incentivos pelo prazo de 11 anos, fruto de um acordo político que se espera, seja honrado.

Como a pauta das votações na Câmara Federal foi desobstruída, aguarda-se para o segundo semestre deste ano que seja promulgada a reforma tributária, na parte que compreende o ICMS,

Diante desse fato, novo e quase inevitável, é que Estados como Goiás terão que rever suas políticas industriais e de atração de investimentos para não perderem o ritmo de crescimento de suas economias puxadas pelo desempenho da Indústria.

Uma Nova Proposta de Política Industrial

O objetivo deste artigo é apresentar à discussão um novo modelo de atração e de estímulos aos investimentos em Goiás.

Como premissa básica esta proposta não se restringirá ao setor industrial pelo fato de que a teo-



ria do desenvolvimento avançou seu entendimento abrangendo todos os setores.

O modelo a ser apresentado para discussão tem como principais premissas as seguintes:

Financiamento para o Desenvolvimento

Propõe-se que o Governo de Goiás constitua um Fundo de Financiamento para o Desenvolvimento, ou adeque o FUNPRODUZIR para essa finalidade. Esse Fundo, dado as restrições de recursos financeiros, atenderia as atividades produtivas consideradas prioritárias, elencadas de acordo com a estrutura e conjuntura econômicas do Estado e seus programas de desenvolvimento e de acordo com suas importâncias. Na consideração das prioridades devem constar projetos estruturantes capazes de integrar os elos da cadeia produtiva onde se situarem. As atividades beneficiárias desse FUNDO serão avaliadas e re-avaliadas a cada ano, tudo em conformidade com o seu desempenho e a agregação de valores que estiverem proporcionando, dentre os quais a geração de postos de trabalho direto e indireto e a de tributos deverão ter ponderação especial.

“Esse novo cenário da economia goiana ensejou uma aproximação maior entre classes empresariais e Governo Estadual e as decisões, antes de serem adotadas, passaram a ter discussão prévia com o empresariado, numa parceria inédita na história política de Goiás”

O FUNDO, para ser atrativo e para representar estímulo ao investimento, tem que operar nos seus empréstimos com prazos e taxas de juros diferenciados das do mercado financeiro. Seus recursos serão de origem orçamentária ou de repasses e a lógica e justificativa para sua ação será a de que "benefícios futuros compensarão sacrifícios presentes".

Todas as atividades produtivas poderão ser atendidas, agricultura-indústria e serviços-, obedecidos aos critérios de prioridades a serem estabelecidas e comparadas às relações benefícios/custos.

Faz-se necessário esclarecer que esse novo Fundo proposto não pode ter vinculação com tributos, ele deve ser de fonte orçamentária, mas nada impede que o seu benefício comece a vigor depois de instalado o empreendimento o que significa o início da geração de tributos.

Financiamento dos Investimentos/Crédito

Verdade econômica incontestável é a de que "sem financiamento/crédito não há crescimento". A economia goiana é extremamente dependente do crédito agrícola/agroindustrial, em quantidade e na época adequada, e do financiamento para projetos industriais, de infra-estrutura e comerciais/serviços. O FCO e o BNDES vêm sendo as principais fontes financiadoras da economia goiana, mas os recursos são insuficientes e as garantias exigidas são excessivas, o que constrange as pequenas empresas. A Indústria da Construção Civil vive uma fase recessiva por carência de recursos para investir, apesar de ser um dos setores vitais na oferta de trabalho.

Propõe-se a formação de uma Câmara de Avaliação dos Recursos Financeiros para o Financiamento do Desenvolvimento, composta pela Secretaria do Planejamento, Indústria e Comércio, GoiásFomento, Fórum Empresarial, Sebrae e como convidados o Banco do Brasil, Caixa Econômica, o BNDES e a futura SUDECO, que dentre outras obrigações teria a de dimensionar os recursos necessários e propor sugestões para uma política de financiamento do desenvolvimento.

À GoiásFomento deverá ser fortalecida e reservando-lhe um papel de liderança no financiamento do micro e do pequeno negócio.

Programa de Qualificação de Recursos Humanos

Têm sido constantes as mudanças tecnológicas nos processos de produção e o controle desses processos pela informatização. A diversificação e mesmo a verticalização dos projetos exige recursos humanos preparados. O Estado precisa gerar um programa de qualificação de recursos humanos que atenda a demanda atual e futura dos projetos de investimentos. Para tanto necessita coordenar recursos financeiros e materiais já existentes e somar com as demais instituições de ensino profissionalizante os esforços para aumento desses recursos. O SENAI, o SENAC, o SENAR, a CEFET, são organismos sérios e competentes na formação e especialização de pessoas, sendo necessário, então, uma coordenação através de um programa



estadual para aglutinação desse trabalho e desse propósito. Nesse programa poderiam ser incluídas escolas, institutos, faculdades e universidades que oferecem cursos de especialização cuja qualidade seja atestada, cursos esses de interesse das atividades produtivas, que poderiam, em alguns casos, participar como parceiras nesse Programa.

Infra-Estrutura das Áreas Industriais /Comerciais

Pólos, distritos, arranjos produtivos, galpões industriais, devem merecer especial atenção. A competitividade da economia goiana vai depender cada vez mais da infra-estrutura de apoio às atividades de produção e distribuição. O Estado conta com inúmeras áreas destinadas à indústria, mas a maioria necessita de conclusão de obras de infra-estrutura.

A Plataforma Logística, em fase inicial de implantação, em Anápolis, vai ser um modelo básico indispensável para outras áreas/pólos no Estado. "Arranjos Produtivos Locais" vem merecendo apoio da política econômica do Governo Federal e encaixam em setores da indústria tradicionais, como calçados, vestuário, mobiliário e outros. O exemplo do "APL de calçados em Goianira" deve ser levado a outros municípios.

Áreas destinadas a Centros de Distribuição e Logística de Transporte devem ser criadas ou acopladas às áreas industriais, para uma melhor sinergia de negócios e de custos.

Programa de Reciclagem Industrial

Nem o governo federal nem os governos estaduais perceberam, ainda, a importância da reciclagem industrial na oferta de postos de trabalho, atendendo uma população carente e não qualificada, e o benefício que proporciona ao meio ambiente. A reciclagem no Brasil é tratada como uma atividade qualquer, e o que é mais grave, punida pela tributação. Sugere-se ao Governo de Goiás a criação de um Programa de Reciclagem Industrial ousado, abrangente nos seus aspectos: sociais, no sentido de melhorar as condições de trabalho na coleta dos resíduos; econômico no sentido de implantação de pólos de reciclagem industrial nas regiões selecionadas e com financiamento garantido; meio-ambiente no sentido de demonstrar ao País o quanto se pode fa-

zer pela preservação do meio ambiente, em especial, na implantação das Usinas de Lixo Industrial, gerando, inclusive, energia.

Pelos benefícios econômicos, sociais e naturais que pode proporcionar, qualifico esse Programa de essencial e urgente.

Infra-Estrutura Básica

Transporte é a principal reivindicação do setor produtivo em razão de que a produção agroindustrial e mineral de Goiás é, em sua maioria, exportada para outros Estados e para o exterior. Estamos, numa distância média, a mil quilômetros dos nossos principais mercados de consumo. Os Centros de Distribuição instalados, ou a instalar, visam os mercados do Oeste, Noroeste, Norte e Nordeste do país. Mais de 90% das nossas mercadorias são transportadas via rodoviária, que é o modal de transporte menos econômico. É fundamental que a política de transporte em Goiás leve em consideração uma interligação entre os modais ferroviário e hidroviário para que possamos reduzir nosso custo de transporte e sermos competitivos. Pessoalmente defendo a ligação ferroviária leste-oeste no Estado, com ramais para o porto de São Simão e para Anápolis, mais prioritária do que a ligação norte-sul. Defendo, também, como fundamental o aproveitamento do rio Araguaia, como via de escoamento para o norte e vice versa. Há 200 anos atrás essa navegação era próspera. Vou mais além, essa navegação impulsionará o turismo e será benéfica ao meio ambiente se atendidas determinadas regras. Exemplos no Mundo não faltam para comprovar: vale do rio Mississipi-Missouri, vale do rio Elba, do rio Reno, etc.

Energia é outra questão básica. As pequenas centrais-hidrelétricas, a energia térmica do gás, da lenha-atraves de projetos de reflorestamento, o gás veicular, o bio-combustível, o álcool, o bagaço da cana e outras formas viáveis de produção de energia econômica deverão merecer tratamento prioritário na nova política.

Reflorestamento Industrial

De há muito vimos insistindo que o Estado deve constituir uma política de florestamento e reflorestamento industrial capaz de viabilizar indústri-



as de celulose/ papel, metalúrgicas e pequenas siderúrgicas e outras formas de aproveitamento energético da madeira, além, é claro, do seu aproveitamento na construção civil/mobiliário. Para a preservação e melhoria do meio ambiente esse Programa seria muito benéfico além de se utilizar "terras menos nobres", algumas ainda inaproveitáveis do ponto de vista econômico. Justifica-se, sob variados benefícios, a criação de um Programa de Reflorestamento Industrial.

Informática e Eletrônicos

O Estado deve criar pólos de produção de bens da indústria de informática e de eletrônicos, praticamente inexistente em Goiás. Exemplos de sucesso desses pólos podem ser seguidos, em especial, os do Estado de Minas Gerais. Dois aspectos são fundamentais: localização/financiamento e política de compras do Governo e das empresas locais. Não se pretende ser grande neste setor, o que se pretende com esse Programa é começá-lo de uma maneira correta e com perspectivas de crescimento.

Programa de Atração e de Estímulos aos Investimentos

Deverá ser a ação com maior desafio a superar. Sem os incentivos fiscais, que representavam a maior atração/estímulo, nova política terá que ser desenhada, com inteligência e estratégia. O primeiro ponto a considerar deve ser a junção dos esforços com a contribuição de todos os parceiros envolvidos nesse Programa. O segundo deve ser a harmonização de estratégias, com focos bem definidos e com informações e dados coerentes. Nesse Programa um fator de fundamental importância será a atração de empresas européias, de médio porte, para tentativas de "joint-ventures" com empresas locais. Outro foco recomendável é o de busca de "mega projetos estruturantes" com oportunidades de operar na região e, ainda, de projetos que não existem nas nossas diversas cadeias produtivas para completar os elos faltantes, neste caso faz-se necessário, em primeiro lugar, consultas às empresas e aos investidores locais. A divulgação da economia goiana, dos nossos produtos, das nossas potencialidades e oportunidades de negócios, pelo Brasil e pelo exterior, constituir-se á como ação básica.

Tecnologia e Inovação Tecnológica

A política de desenvolvimento do governo federal está, finalmente, dando ênfase a inovação tecnológica. Para que Goiás não continue como espectador nesse assunto sugere-se a formação de uma Câmara, coordenada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, destinada a aprofundar-se nessa matéria e com o propósito de formular políticas para o setor. Considera-se imprescindível a participação das Universidades, faculdades, escolas e institutos que possuam afinidade com o tema, bem como da iniciativa privada, através de suas entidades. Mecanismos para incentivar/estimular inventos/patentes são necessários assim como à pesquisa aplicada.

Programa de Expansão da Empresa Local

Empreendimentos locais/regionais que já comprovaram eficiência em crescer e outros que possam reunir condições de expansão merecerão prioridade de atendimento na nova política de desenvolvimento. Uma das maiores queixas do empresariado local é a de sempre ter sido preterido pelos investidores que vem de fora do Estado. Uma das faces dessa nova proposta de política é a de criar condições para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas instaladas, ou a instalar de investidores locais, utilizando-se de mecanismos de constituição de "Arranjos Produtivos", de "Galpões Industriais", de Pólos Regionais de Desenvolvimento, de formação de Cadeia de Fornecedores Locais para os mega-projetos, e mesmo, uma ação de integração entre produtores e consumidores de insumos, através de rodadas de negócios.

Concluindo, UMA NOVA PROPOSTA DE POLÍTICA INDUSTRIAL PARA GOIÁS, confunde-se e insere-se numa política de desenvolvimento na qual variáveis econômicas, sociais e físicas, como energia, transporte, meio ambiente, produção industrial/agrícola/mineral, centros de distribuição, atração/estímulos aos investimentos, financiamentos/crédito são partes que se interagem e interdependem. É fundamental para Goiás que a sua nova política de desenvolvimento esteja afinada com as políticas federais e também dos organismos internacionais de financiamento. Ao apresentá-la submeto-a a análise técnica e política.



Incentivos Fiscais X Política Industrial

A lógica que permeava os anos 1980 estava assentada em políticas públicas regionais de desenvolvimento, tendo em vista o processo de crise fiscal vivido na época pelo estado brasileiro. (Carneiro: 2002,179)

A idéia de desconcentração da riqueza a partir de políticas de cunho nacional dá lugar a iniciativas regionais tendo como âncora, incentivos fiscais e financeiros.

A União, face à crise deflagrada no início dos anos 1980 pela combinação de fatores internos e externos, quebra o planejamento estatal, herdado desde a criação do Estado novo sob a orientação keyneziana e passa a orientar a economia via uma política ortodoxa de combate às taxas de inflação.

"Retomando o cerne da questão, podemos afirmar que nos anos 80, com o esgotamento do financiamento externo, o Estado, que já possuía um importante desequilíbrio em suas contas, fruto da política anticíclica progressa".(Carneiro: 2002,181)

Os estados na tentativa de atrair novos investimentos para seus espaços econômicos e ainda aproveitar aspectos positivos da ascensão do processo de globalização, passam a criar programas de desenvolvimento eminentemente regionais.

Goiás, que na década anterior começou a dar os primeiros passos rumo à industrialização via o

* Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia – MG, Professor Titular do Curso de Ciências Econômicas da UEG e Gerente da Assessoria Econômica da Sefaz-GO
E-mail: julio-arp@sefaz.go.gov.br.



Júlio Alfredo Rosa
Paschoal*

Fundo de Expansão da Indústria e Comércio - FEICOM, dá um passo à frente, e cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização - FOMENTAR, cuja lógica centrava em subsidiar 70% do imposto gerado a recolher, por um período inicial de cinco anos enquanto que o restante, ou seja, 30% deveriam adentrar aos cofres públicos mês a mês, enquanto durasse o período de fruição dos benefícios concedidos. O resultado foi a aprovação de cerca de 1.122 projetos. (Paschoal:2001,37)

O tempo passou e com ele surgiram modificações no programa, levando a sua finalização no ano de 1999. Em seu lugar ganhou espaço o Programa de Desenvolvimento Industrial - PRODUIR.

O programa em questão limitou o prazo de fruição em 15 anos, enquadrando todos os segmentos sociais organizados e foi mais além, criando alguns braços tais como: Logproduzir, Centroproduzir, Comexproduzir, visando incentivar várias atividades econômicas, no intuito de promover o desenvolvimento local e regional.

Aliado a estes benefícios, outros foram criados no cerne da Fazenda Pública Estadual com destaque: a redução na base de cálculo, crédito outorgado e o crédito especial para investimentos, limitados a 40% dos investimentos fixos.

A idéia foi criar pólos de desenvolvimento respeitando ao máximo as potencialidades econômicas de cada região, inclusive: a logística de transporte e o armazenamento que podem implicar em custos menores de produção, proporcionando assim maior competitividade aos produtos goianos nos mercados: local, interestadual e internacional.

O município de Catalão, pela riqueza mineral de seu subsolo, passou a abrigar o Pólo Mineraloquímico e Metal mecânico, recebendo a



partir daí, empresas de grande porte com destaque: a Cooperbras, Mineração Catalão, Ultrafertil, Mitsubishi. Atualmente vem recebendo também empresas alimentadoras de suas unidades de produção, reportando com isso ao sistema verticalizado iniciado nos anos 1970 com o Toyotismo.

O município de Rio Verde pela qualidade de suas terras e sua topografia, aliada à utilização de novas técnicas e insumos, implementou um Pólo Agroindustrial de grandes proporções, capitaneado pelo grupo Perdigão que atualmente emprega cerca de 5.000 pessoas de forma direta e outras 15.000 de maneira indireta.

Este investimento está integrado à região, já que a matéria-prima empregada e a produção de aves e suínos para abate advêm da parceria estabelecida com produtores da região. Este mecanismo tem sido responsável por ampliar a renda local e regional haja vista que, um volume maior de salários, juros, aluguéis e dividendos são pagos como forma de remunerar os detentores dos fatores de produção, por sua mobilização na atividade produtiva. Além da Perdigão, o Grupo Comigo e outras empresas ligadas à atividade agroindustrial vêm também contribuindo para o desenvolvimento local.

Os municípios de Anápolis, Goiânia e Aparecida de Goiânia contemplam o Pólo Farmacêutico e os grandes Centros de Distribuição de móveis, eletrodomésticos e outros produtos com demanda em escala regional.

O município de Itumbiara também face à qualidade de seu solo e o aspecto localizacional contempla complexos agroindustriais como a Caramuru, Maeda e a Braspelco indústria de derivados do couro, cuja lógica está em agregar valor além do estágio "Wet Blue" ampliando a produção, sobretudo de bolsas e estofamentos.

O município de Morrinhos destaca-se pela produção leiteira, abrangendo em seu espaço laticínio da Itambé com produtos de participação no

mercado local e interestadual. Neste setor outros municípios como o de Bela Vista também apresentam empresas com forte atuação nestes mercados. As empresas do setor com maior participação no mercado são: Nestlé, Laticínio Bela Vista, Italac, Marajoara, Parmalat, Compleit e outras.

No entorno de Brasília, principalmente em Luziânia, encontram-se a Brasfrigo e a Centerpharma. A segunda passará a desenvolver grande parte da cadeia produtiva do algodão, iniciando com a produção do fio sintético, realizando em seguida a tinturaria e também outras etapas importantes para alimentar outras empresas do setor têxtil como a Quatro K em Itauçu.

Os municípios de Acreúna e Santa Helena, além de outras atividades, têm como carro chefe a produção e o beneficiamento de algodão via o grupo da Codemim.

Um outro pólo em desenvolvimento é o granadeiro a ser desenvolvido também pelo grupo da Centerpharma. O calçadista, que vem sendo implementado no município de Goiânia, aproveita a matéria-prima de derivados de outra cadeia produtiva, a de carne, já que o Estado detém o terceiro maior rebanho bovino do país, com mais de 20 milhões de cabeças, também é uma promessa. Para tanto é necessário elevar a tributação do couro no estágio "Wet Blue" invertendo o fluxo do produto, o retirando da exportação para direcioná-lo às indústrias que operam no Estado.

O passeio pela atividade econômica de alguns municípios goianos e pelos investimentos alocados para seus espaços econômicos mostra por si só o impacto positivo dos benefícios fiscais concedidos no Estado.

Ao invés de renúncia fiscal o que se percebe é a presença do *Imposto Novo*, já que 73% do ICMS são utilizados por um período de 15 anos como benefício, enquanto que 27% deste imposto

“O passeio pela atividade econômica de alguns municípios goianos e pelos investimentos alocados para seus espaços econômicos mostra por si só o impacto positivo dos benefícios fiscais concedidos no Estado”.



adentram os cofres públicos mensalmente quando se trata de médio e grande empreendimento.

No que tange ao micro e pequenos empreendimentos, o benefício fiscal chega a 90% do ICMS a recolher, os 10% do imposto restante recebem também a denominação de "*Imposto Novo*" já que representa uma fatia nova neste contexto.

Portanto, um como outro tem contribuído para o incremento da Receita Tributária proveniente do ICMS em Goiás.

Ao tomar como referência o período de janeiro a maio do corrente ano, em comparação com o mesmo intervalo do ano passado e segundo dados extraídos do Conselho Nacional de Política Fazendária, Goiás ocupa o 8º lugar no ranking nacional de arrecadação do ICMS. Participa em média com 3% do total estando junto aos Estados do Pernambuco e Espírito Santo, à frente de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que apresentam economias similares e perde para unidades federativas que detêm um maior valor de transformação industrial e agro-industrial como: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Os setores que mais têm contribuído para que o Estado alavanque sua arrecadação de ICMS são pela ordem: Combustíveis 28,4%, Indústrias 21%,

Telecomunicações 11,6%, Comércio Varejista 10,4%, Comércio Atacadista 10%, outros serviços 4,4% e o setor primário com 3,4%. (Sefaz, 2004).

Isto denota que os incentivos fiscais, ao contrário do que pensam os integrantes da equipe econômica do Governo Federal, têm sido um importante elemento de política industrial no Brasil, e em Goiás, pois além de ajudar a mudar o perfil produtivo de seus espaços econômicos, têm impactado positivamente no aumento da arrecadação do ICMS, alimentando também a renda, como o fazem: os salários, juros, aluguéis, dividendos pela mobilização dos fatores de produção: terra, capital, trabalho, tecnologia e unidade de produção na atividade econômica.

Referências

Carneiro, Ricardo - Desenvolvimento em Crise: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE - UNICAMP, 2002.

Paschoal, Júlio Alfredo Rosa - O Papel do Fomentar no processo de estruturação industrial de Goiás - 1984 a 1999. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado)

Sefaz - Nota Técnica. Assessoria Econômica, 2004.



Gás Natural: Considerações sobre sua Introdução e Disseminação no Estado de Goiás*

1 - O Gás Natural como Fonte Alternativa de Energia:

No mundo contemporâneo, a dependência de fontes de energia é cada vez mais significativa e ininterrupta. A energia está presente em muitas ações do cotidiano: ao se levantar, ela se faz necessária para o preparo do café da manhã, através do fogão a gás e aparelhos elétricos como, por exemplo, o liquidificador; ao sair para o trabalho, independente de se optar pelo automóvel próprio ou alguma condução - ônibus, trem ou metrô - a sociedade está mais uma vez dependendo de alguma fonte de energia, nestes casos ou o petróleo ou a energia elétrica, de uma forma mais tradicional; da mesma forma, quando se chega ao local de trabalho, desde os menores gestos, como os de acender uma lâmpada, ligar uma máquina calculadora, o aparelho de ar-condicionado, os computadores, novamente se está demandando energia; à noite a energia também se faz presente através da eletricidade que alimenta fábricas que operam em turnos ininterruptos e na iluminação das vias públicas que melhora a segurança da população.

No atual estágio do mundo capitalista, com aumento de população, melhoria de bem-estar e acesso ao consumo de eletroeletrônicos pelas classes sócio-econômicas menos favorecidas, além da obrigatoriedade de crescimento econômico permanente, é imprescindível garantir uma oferta crescente de energia de forma a evitar colapsos do sistema de abastecimento.

* Artigo baseado na monografia apresentada e aprovada pela banca examinadora da 1ª turma de Especialização em Gestão Pública da Escola de Governo de Goiás / UEG.

** Economista, Pós-Graduado em Mercado de Capitais - EPGE/FGV-RJ e em Gestão Pública - UEG, Gestor de Planejamento e Orçamento (SEC) e Professor do curso de Administração de Empresas e Comércio Exterior da UNIP.

E-mail: fhseixas@yahoo.com.br.



Flávio Henrique de
Sarmiento Seixas **

Existem duas formas de se obter energia: através de fontes renováveis ou através de fontes não renováveis. O petróleo, o gás natural e o carvão mineral são exemplos da segunda forma, já o álcool, a lenha e a energia hidroelétrica são exemplos de fontes renováveis de energia, dentre outros.

O mundo procura soluções para alongar ao máximo a oferta das fontes de energia não-renováveis, notadamente o petróleo. As reservas atuais deste energético oferecem um prazo pouco elástico, cerca de 40 anos, ao ritmo do consumo presente. As demais fontes não renováveis, como a nuclear, por exemplo, oferecem riscos assustadores à saúde e está sendo desativada nos países que fizeram, historicamente, esta opção. O gás natural é uma fonte de energia não renovável que apresenta reservas mundiais superiores às petrolíferas. Na América do Sul, dada à baixa utilização e ao bom nível de reservas, este energético pode vir a suprir as necessidades de energia por um bom período de tempo.

Na América do Sul e, principalmente, nos países limítrofes ao Brasil, existem reservas de gás natural em volume superior ao consumo interno destes. A tabela abaixo mostra os níveis de reservas de gás natural na América do Sul.

Tabela 1
Gás Natural: Ocorrência na América Latina,
Reservas e Durabilidade ao Consumo
Presente (2002/2003)

Países	Reservas (TCF)	C.I.A.	Durabilidade
Venezuela	148,0 *	27,3 bilhões	153,4 anos
Bolívia	55,0 **	3,34 milhões	466 anos
Argentina	33,6 **	30,3 bilhões	31,4 anos
Brasil	26,5 **	14,965 bilhões	50,1 anos
Trinidad e Tobago	23,5 *	ND	ND
Peru	8,7 *	0,4 bilhões	615,5 anos
Total	295,3	-	-

Fonte: Elaboração própria

* reservas provadas

** reservas provadas adicionadas às prováveis.

• TCF - Trilhão de Pés Cúbicos. 1 TCF equivale a 28,3 bilhões de metros cúbicos.

• C. I. A - Consumo Interno Anual

• ND - Não disponível



As reservas brasileiras, ao consumo presente, seriam capazes de abastecer o mercado nacional por meio século. A título de comparação, as reservas brasileiras de petróleo, ao consumo presente, permitirão uma durabilidade de 17 anos, segundo dados da Petrobrás. A Bolívia, que é a principal fornecedora externa de gás natural ao Brasil, apresenta um consumo interno baixíssimo do energético, estando suas reservas quase que totalmente destinadas ao mercado externo, fato este que ensejou por parte dos EUA interesse em importar o gás boliviano. Também o México demonstra este interesse, pois suas reservas estão se reduzindo. Pelo aspecto logístico e de integração de gasodutos que está sendo configurada na América do Sul, o Brasil poderá ser atendido pelo gás boliviano por um bom período. As reservas bolivianas, estimadas em 1,5 trilhões de metros cúbicos, ou 55 TCF (trilhão de pés cúbicos), atenderiam exclusivamente ao mercado brasileiro, ao consumo presente, por aproximadamente cem anos. A Venezuela, país que detém o maior nível de reservas do continente, 148 TCF, poderia também ser fornecedora brasileira, interligando-se ao eixo de gasodutos amazônicos e futuramente aos gasodutos do Centro-Oeste e do Nordeste. A Argentina se interligará ao Brasil através do gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre e o Peru também poderá se interligar a malha de gasodutos brasileira, completando um eixo considerável de interligação entre os países da América do Sul. Assim, a oferta total de gás natural revela ser suficiente para equilibrar a oferta interna energética, afastando o risco de colapsos no sistema hidroelétrico. Além disto, uma maior disseminação proporcionará a desconcentração da matriz nacional e uma maior sobrevida das reservas petrolíferas do país.

2 - A Matriz Energética Nacional e a Participação do Gás Natural:

O país, até a década de 90, não havia despertado interesse pelo gás natural em virtude do desenho da matriz energética brasileira ter se configurado em torno de duas fontes tradicionais: o petróleo (fonte não renovável) e a hidroeletricidade (fonte renovável). Ambas res-

ponderam por mais de 70% da oferta interna de energia do país nos últimos anos. As crises do petróleo, em 1973 e 1979, impuseram grandes perdas econômicas e significativo aumento da dívida externa brasileira. Uma das alternativas encontradas pelo governo brasileiro para amenizar os déficits comerciais foi a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), no qual o desenvolvimento de veículos movidos à álcool hidratado substituiria parte da frota automotiva nacional movida à gasolina, diminuindo a demanda por petróleo e, conseqüentemente, a despesa nacional com este energético. Paralelamente, a Petrobrás envidou esforços internos para diminuir a dependência externa brasileira deste produto, tendo sua produção dado um salto significativo na década de 80, atingindo a marca de 500.000 barris/dia. Hoje, a produção nacional de petróleo é de 2.140.000 barris/dia e estima-se a auto-suficiência em petróleo até o ano de 2006.

“É somente na década de 90 que o governo começa a despertar para a necessidade de desconcentrar a matriz energética nacional”.

A década de 90 trouxe consigo uma mudança de comportamento do consumidor e, por conseguinte, uma mudança do consumo de energia elétrica do país. A estabilidade monetária e a melhoria nos níveis de renda alcançada com o Plano Real canalizaram mais de 30 milhões de novos consumidores das classes D e E aos produtos eletroeletrônicos. Por outro lado, a oferta de energia não acompanhou este novo ritmo. Ao contrário. Com o processo de privatizações, as distribuidoras e geradoras de energia elétrica passaram às mãos da iniciativa privada sem um adequado planejamento quanto ao ritmo de expansão da oferta. Com isto, o final dos anos 90 traz consigo a ameaça real de um colapso do sistema, ameaça esta que se materializou com o "apagão" de 2001.

É somente na década de 90 que o governo começa a despertar para a necessidade de desconcentrar a matriz energética nacional, através de um incentivo maior à participação do gás natural que, nesta época, representava algo em torno de 2% de participação. O governo estabeleceu a meta de aumentar para 12% a participação do gás natural na matriz, até 2012. Para tal, tomou duas atitudes de maior impacto: a cons-



trução do Gasbol - gasoduto Bolívia-Brasil (a partir de 1997) e o lançamento do Programa Prioritário de Termoelétricas - PPT (2000), no qual usinas alimentadas a gás natural teriam a missão de aumentar a oferta interna de energia elétrica no país.

3 - Benefícios e Aplicações do Gás Natural:

O gás natural apresenta inúmeros benefícios que o colocam como um energético adequado ao consumo, na escala exigida atualmente. Seus benefícios ambientais estão acima de qualquer outro energético, principalmente quando comparado aos advindos de fontes não-renováveis de energia, como é o seu caso. Apresenta benefícios econômicos, operacionais e de segurança que, de longe, superam seus concorrentes. Pelo fato do gás natural não conter monóxido de carbono nem enxofre, melhora a qualidade de vida na cidade ao lançar menos poluentes na atmosfera. O gás natural não produz resíduos nem oxidantes, por isso não provoca entupimentos nos equipamentos, como por exemplo fogões, aquecedores e boilers, aumentando a vida útil desses.

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. É considerado versátil dado a sua grande aplicabilidade, sendo utilizado no lar, no comércio e na indústria; como combustível, insumo ou matéria-prima. De sua queima, podem ser gerados vários subprodutos: geração de eletricidade ou de força motriz; fornecimento de frio ou calor. Como matéria-prima, é utilizado na indústria siderúrgica, química, petroquímica e de fertilizantes e para a produção de gás carbônico (CO₂) para as indústrias de refrigerantes. Além disto, possui a vantagem de não necessitar ser armazenado previamente, sendo seu consumo averiguado e pago a posteriori.

Pode ser, ainda, utilizado em secadoras de roupas e lava louças, para climatização (ar condicionado a gás e sistemas de aquecimento), geração de energia elétrica através de geradores e sistemas de cogeração. Vem ganhando destaque

e mercado como combustível automotivo, neste caso conhecido como gás natural veicular - GNV.

4 - Variáveis Críticas de Decisão:

Muito embora o esforço do governo brasileiro em desconcentrar a matriz energética nacional, através da maior participação do gás natural, este projeto esbarrou em algumas dificuldades. As mais sentidas foram o "preço externo" do gás boliviano, cotado em dólares e com cláusula take or pay - que significa pagar por uma quantidade mínima estipulada mesmo que esta não seja consumida - e o nível de "reservas nacionais" do produto. A primeira, gera exposição das contas da Petrobrás a oscilações da moeda estrangeira,

no caso o dólar, engendrando grande esforço no sentido da empresa se hedgear (proteger) quanto à variações cambiais indesejáveis e perigosas. A segunda, coloca o país exposto a condições adversas quanto ao preço do produto, uma vez que

choques negativos de oferta poderão aumentar a conta a ser paga, inviabilizando a competitividade deste energético frente a hidroeletricidade (apresenta custo mais baixo por suas usinas já terem sido totalmente depreciadas). Esta segunda dificuldade foi a que protagonizou o fracasso inicial do PPT - Programa Prioritário de Termoelétricas. Inicialmente programado para acrescentar 16,2 mil megawatts ao estoque existente, na melhor das hipóteses, até o final de 2004, terá acrescentado ao sistema 6,87 megawatts, o que corresponderá a 44% do cronograma original. Isto é explicado pelo alto custo da energia produzida pelas termoelétricas que dificulta sua venda para o mercado de distribuidoras, pois estas dão preferência à energia proveniente das hidroelétricas.

A questão de desconcentrar a matriz energética nacional via gás natural é, antes de tudo, estratégica, pelos seguintes motivos: 1- Um percentual razoável, segundo os especialistas entre 15% a 20% de participação do gás natural na matriz energética, é o considerado ideal para dar estabilidade ao sistema e amenizar riscos de desabastecimento energético; 2 - Sua disseminação põe o país alinhado às convenções inter-



nacionais relativas ao clima e meio-ambiente, como por exemplo o "Protocolo de Kyoto" e melhora a qualidade do ar nos grandes centros urbanos; 3 - A maior utilização de gás natural em determinadas áreas, como o GNV e o abastecimento industrial e termoelétrico, deslocam parte da demanda por óleo diesel, reduzindo-a e melhorando as contas externas da Petrobrás. Além destas, como anteriormente dito, o gás natural tem a vantagem de alongar a vida útil das reservas petrolíferas.

Essas duas principais dificuldades, que poderemos chamá-las de variáveis críticas de decisão, "preço externo" do produto e nível de "reservas nacionais" foram as principais responsáveis pelo "fracasso" inicial do PPT. Tratam-se de variáveis sobre as quais o governo não teve controle durante a década de 90 e início da atual. Contudo, parte destas preocupações passa a perder relevância, na medida em que em setembro de 2003, a Petrobrás redimensionou o volume das reservas de gás natural da Bacia de Santos, de 70 para 419 bilhões de metros cúbicos. O que coloca o Brasil em níveis próximos aos da Argentina, terceira maior reserva do continente. Este fato deu segurança quanto a maior durabilidade das reservas de gás natural nacional e maior poder de negociação frente ao contrato com a Bolívia, o qual está em processo de revisão, pois se completam cinco anos de sua assinatura (1999). Assim, o preço do gás boliviano que, atualmente, não é competitivo para fins de geração elétrica, passa a ter possibilidade de vir a ser. Além disto, num prazo de 6 a 8 anos, o gás da Bacia de Santos já deverá estar disponível para consumo a preços competitivos frente à geração hidroelétrica. Presume-se que este chegará às distribuidoras por algo em torno de 48% mais barato que o gás boliviano. A exposição cambial também deverá ser reduzida no médio prazo, pois os planos estratégicos da Petrobrás incluem melhorias de suas contas internacionais, melhor dizendo, redução dos déficits advindos da importação de diesel, aliado à melhoria de refino e produção interna deste derivado. Para isto, a empresa estimulará mais ainda a disseminação em ní-

vel nacional do gás natural, o que está sendo realizado através do lançamento de dois projetos no final de 2003: "malhas" e "gasoduto virtual" que visam interligar os gasodutos nacionais, sobretudo os do nordeste aos do sudeste e estabelecer apoio logístico para transportar gás natural, através de carretas especializadas ou até mesmo através de ferrovias, para regiões sem gasodutos.

Como pode se perceber é evidente que a decisão de tornar o gás natural um energético mais disseminado na cultura nacional é um caminho, aparentemente, sem volta. A realidade energética brasileira atual pede uma saída, motivo pela qual as políticas energéticas atuais

convergem para o fortalecimento da massificação de utilização do gás natural em nível nacional.

“A decisão de tornar o gás natural um energético mais disseminado na cultura nacional é um caminho, aparentemente, sem volta”.

Para Goiás, que já vem agindo no sentido de estabelecer esta nova realidade energética desde a criação da Agência Goiana de Gás Canalizado - GoiásGás - é uma oportunidade ímpar para aproveitar a convergência de momentos. Por um lado, antecipou-se e está trabalhando nesta nova realidade; por outro, o governo federal e a Petrobrás - esta com metas inadiáveis de se consolidar como uma empresa de energia e não só de petróleo - intensificam as ações para acelerar o processo de disseminação do gás natural em nível nacional. Em dezembro de 2003, a ministra de Minas e Energia, Sr^a Dilma Rousseff anunciou a construção do Gasun - Gasoduto da Unificação - o qual atenderá aos anseios regionais com um gasoduto de transporte a partir de Mato Grosso do Sul, mais precisamente a partir da cidade de Mimoso, aproveitando melhor o gás natural boliviano e diminuindo os custos da atual não utilização (cláusula take or pay). O gasoduto de transporte para o Centro-Oeste adentrará o Estado pela região sudoeste e alcançará Goiânia, Anápolis, DF e o norte do Estado, região altamente demandante de energia pela produção de níquel, com destino ao Maranhão. Os recursos estão contemplados orçamentariamente a partir de 2004 e durante o PPA 2004/2007, através da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.



5 - O Estado de Goiás no Contexto da Nova Realidade:

A notícia da construção do chamado "ramal do Centro-Oeste" veio antes do esperado e poupa o governo estadual de um investimento que não teria condições de executá-lo sozinho, dada a sua magnitude. A solução para os esforços e desejo de desenvolvimento do Estado veio no bojo da necessidade nacional de integrar as unidades federativas em um esforço conjunto de disseminação de um "novo" energético que, no momento, é o remédio oportuno e viável para dar estabilidade ao setor energético nacional. E, por estar no núcleo da visão estratégica da maior empresa brasileira, a Petrobrás.

Neste momento é interessante que o governo estadual se antecipe, também, na introdução de uma nova cultura energética no Estado, de forma a dar conhecimento das aplicações e vantagens que o gás natural pode oferecer. Se isto é possível, poderá o governo estadual ganhar tempo e não incorrer em gargalos futuros de aceitação do energético, ou seja, de demanda pelo produto, que é outro fator preponderante para o sucesso do projeto. Pois, sem compradores não adianta ter oferta do produto. Problema este enfrentado pelo vizinho Mato Grosso do Sul que, na ausência de uma cultura preestabelecida, tem enfrentado dificuldades para obter o espaço desejado para o gás natural.

Para a classe média alguns benefícios orçamentários podem advir de uma maior utilização do

gás natural. A economia oferecida, por exemplo, no gás natural veicular é da ordem de 60% frente aos veículos movidos à gasolina. O nível de desgaste dos motores e custos de manutenção do veículo movido a gás natural são bem menores do que os movidos aos combustíveis tradicionais. O custo financeiro (consumo energético) da utilização de chuveiros elétricos também fica reduzido quando substituído por gás natural. Esta economia pode deslocar uma parte maior da renda para outros setores familiares, como educação, saúde ou lazer, o que revela o benefício social deste energético, pouco divulgado.

Vale ressaltar que a indústria do gás natural é indutora de crescimento econômico regional. É comum, quando uma empresa vai se instalar em um Estado atendido por gasoduto, dar preferência a se instalar ao longo deste, principalmente se for demandante do energético. Neste sentido, o gás natural também contribui com o desenvolvimento de novas tecnologias, possibilitando a criação de novos e melhores empregos e fortalecendo o mercado de trabalho local.

Referências

1 - SEIXAS, FHS (2003). Gás Natural: Considerações sobre sua Introdução e Disseminação no Estado de Goiás. Monografia de pós-graduação em Gestão pública - Escola de Governo de Goiás / Universidade Estadual de Goiás - UEG, Goiânia, Dezembro de 2003.



Reação Exportadora

O quadro macroeconômico brasileiro destaca como fundamental nesses últimos dez anos uma vulnerabilidade externa como um dos principais entraves para o país atingir uma trajetória de desenvolvimento sustentável. O Brasil fez uma abertura comercial atabalhoada e unilateral sem qualquer exigência de reciprocidade da parte de seus parceiros comerciais. Mesmo assim, houve uma reação do "trade exportador" com a busca de aumento de produtividade, maior diversificação de insumos e produtos e estímulo ao avanço tecnológico. O Brasil tem intensificado sua participação na negociação de amplos acordos comerciais, o que tem permitido uma ampliação de seu volume exportador. Como é que tem reagido a economia goiana na sua pauta de exportação neste primeiro semestre de 2004?

O que se tem verificado com o acirramento da globalização é a necessidade de aumentar as exportações, pois essas são importantes fontes de economias de escala, ao permitir o crescimento do nível de produção. Nesse sentido, uma política de diversificação regional das exportações é apontada como mais do que adequada para se ganhar produtividade e competitividade. A diversificação de mercados também reduz a volatilidade das exportações, diminuindo os efeitos de crises de demanda localizadas sobre a receita externa do país.

Com a desvalorização da moeda brasileira a partir de 1999, o desempenho das exportações brasileiras mostrou-se bem mais diversificado, tanto em termos de produtos quanto de mercados de destino. Comparando com os principais países latino-americanos, à exceção

* Economista, professor da Universidade Católica de Goiás, assessor econômico da Seplan-GO
E-mail: jefersoncv@seplan.go.gov.br



*Jeferson de Castro Vieira**

do Chile, o Brasil apresentou uma pauta de exportação mais diversificada em termos de mercados de destino.

Aproveitando essa boa performance exportadora, o intercâmbio comercial de Goiás com o mercado externo vem crescendo de forma satisfatória. As exportações goianas apresentaram um incremento de 40,2% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2003. O volume de negócios chegou a US\$ 669 milhões em 2004, contra US\$ 477 milhões em 2003. As importações tiveram um aumento de 50,9%, somando US\$ 260 milhões. Mesmo com esse índice de importação, o saldo da balança comercial atingiu US\$ 409 milhões.

A pauta exportadora de Goiás reflete as vantagens competitivas detidas pelo Estado em recursos naturais, estando concentrada em produtos básicos, sobretudo commodities minerais e agrícolas (a exemplo do complexo soja, complexo carne - bovina, aves e suína - e ouro). A importância das commodities na pauta de exportação de Goiás, o avanço de seus preços internacionais neste início de década do século XXI, a ênfase dada à política de comércio exterior, são fatores que explicam o excepcional desempenho das exportações goianas frente à média nacional.

No primeiro semestre de 2004, os produtos básicos responderam por 83% (US\$ 555,7 milhões) do valor total exportado e os industrializados por 17% (US\$ 113,6 milhões). Os semimanufaturados por 80% (US\$ 91,3 milhões) e os manufaturados por 20% (US\$ 22, 5 milhões). O fato de Goiás possuir um alto índice de produtos exportados básicos significa que sua exportação tem crescido principalmente em razão da melhora internacional dos preços das commodities. Com o esforço das empresas goianas e da política de comércio exterior



do governo do Estado, além da consolidação de seu parque industrial, a expectativa é que haja uma mudança neste perfil exportador. Goiás precisa agregar mais valor a seus bens e serviços exportados.

Os 10 principais parceiros comerciais do Estado são Holanda (36,69%), Estados Unidos (11,05%), Itália (7,33%), China (6,30%), Alemanha (5,29%), Japão (2,72%), Chile (2,61%), Espanha (2,57%), Reino Unido (2,48%) e Rússia (2,27%). Esse bloco de países representa 79,31% do volume total exportado de Goiás. Se considerar as exportações goianas por blocos econômicos, os dados do primeiro semestre sinalizam a União Européia (58,20%), a Ásia (13,41%) e os Estados Unidos (11,05%). Logo, os canais exportadores goianos estão voltados na sua quase totalidade para Europa e Ásia. Não há uma integração exportadora com o Mercosul que poderia ser um grande escoadouro dos produtos goianos.

“Os canais exportadores goianos estão voltados na sua quase totalidade para Europa e Ásia. Não há uma integração exportadora com o Mercosul que poderia ser um grande escoadouro dos produtos goianos.”

Quando se analisa o destino das exportações goianas pela ótica de suas empresas, verifica-se que dos US\$ 669,4 milhões, no acumulado de janeiro a junho deste ano, as 10 maiores empresas exportadoras foram responsáveis por 74,09% do total exportado pelo Estado (US\$ 496 milhões).

No ranking dessas empresas, continua sendo observada a liderança da Caramuru, cujo total exportado, entre janeiro e junho de 2004, chegou a US\$ 148 milhões (22,35%). A segunda colocada no ranking, a Sementes Selecta, exportou US\$ 78 milhões (11,69%). A Bunge Alimentos apareceu na 3ª colocação, com exportações acumuladas de US\$ 72 milhões (10,8%). A 4ª posição foi a Perdigão Agroindustrial, com US\$ 52 milhões (7,81%). Entre as 5 primeiras do ranking, a Friboi foi de US\$ 39,9 milhões (5,91%).

No centro do debate da demografia empresarial das exportações, vale a pena pensar o papel das micro, pequenas e médias empresas exportadoras. Na medida em que, como mostram os dados da tabela, as exportações goianas são realizadas na sua maioria por grandes empresas em setores tradables já engajados na atividade exportadora. O esforço de aumentar o número de exportadores precisa ser focado também nas empresas de menor porte, com maior capacidade gerencial, acesso à tecnologia, custos de infra-estrutura e crédito, que as permitam entrar em mercados altamente competitivos no estrangeiro.

O que se percebe nesta avaliação, é que para se avançar mais, é preciso solidificar uma base política de promoção das exportações. A prioridade número um deve ser a significativa expansão das exportações, de forma a permitir que alcancem simultaneamente objetivos de gerar superávits comerciais sustentáveis e aumentar o fluxo de comércio como proporção do PIB. Isso significa que a promoção das exportações necessita ser transparente e ter custos e metas objetivas e verificáveis, que permitam uma avaliação constante de sua eficácia e eficiência.

Tabela 1
Principais Empresas Exportadoras
Goianas 2004 - Ranking Jan-Jun/2004

Empresas	Exportações	
	US\$ milhões	%
Caramuru Alimentos Ltda	148.978.165	22,25
Sementes Selecta Ltda	78.240.427	11,69
Bunge Alimentos S/A	72.369.939	10,81
Perdigão Agroindustrial S/A	52.303.746	7,81
Friboi Ltda	39.985.516	5,97
Sertão Mineração Ltda	26.919.183	4,02
Votorantim Comercial Exportadora e Importadora	22.598.587	3,38
Minorco Brasil Participações Ltda	21.411.816	3,20
Sama - Mineração De Amianto Ltda	17.582.702	2,63
Cooperativa Ind. de Carnes e Derivados de Goiás	15.620.591	2,33
Total	496.010.672	74,09

Fonte: MDIC/SECEX



Nesse sentido, os instrumentos, o foco e os objetivos precisam ser explicitados e mensuráveis, enquanto a responsabilização institucional das atividades envolvidas precisa ser clara para todos, coerente e factível. É preciso haver uma estratégia bem ousada de uma política ativa de incremento das exportações. Assim, há um espaço enorme para formulação de políticas que reduzam o viés antiexportador das economias brasileira e goiana. Há muito a fazer também para tornar as instituições e os instrumentos de apoio às exportações mais eficazes, reduzindo o risco e os custos de transação da atividade exportadora.

Goiás tem que aproveitar as "brechas" nas negociações bilaterais, regionais e multilaterais de que o Brasil tem desempenhado com vários países do mundo, ampliando e definindo novos mercados e oportunidades de aumento de suas exportações. Há a necessidade de estimular as exportações goianas por intermédio das atividades de pesquisa e desenvolvimento e políticas regionais que trabalhem com arranjos produtivos locais, agregando mais valores aos produtos. Os ganhos que se pode obter pelas

negociações internacionais são necessariamente prescindidos de um esforço interno de aumento da competitividade externa.

O trabalho de uma diplomacia comercial e econômica com diversos países é um elemento de fundamental importância em qualquer estratégia de integração de mercados pela expansão das exportações. Neste ponto, chama a atenção para a necessidade de coordenação estreita entre os vários órgãos e agências com atuação de comércio exterior no Brasil e em Goiás, o que tem de ser feito em torno de uma estratégia comum de promoção das exportações.

A despeito dos muitos avanços dos últimos anos na base exportadora brasileira e goiana, é necessário aperfeiçoar o desenho estratégico de uma política efetiva de promoção das exportações. Nesse novo desenho, investimentos em logística, marketing, conhecimento e desenvolvimento do mercado são primordiais. Aumentar o coeficiente de exportações das empresas brasileiras e goianas de forma sustentável é o grande desafio.

Mercado Formal de Trabalho em Goiás no Primeiro Semestre de 2004

O crescimento registrado nas atividades econômicas está resultando em uma dinamização do emprego no Brasil. Segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o nível de emprego formal¹ no país expandiu em 4,55% no primeiro semestre de 2004, o equivalente a 1,034 milhão de empregos com carteira assinada. A elevada expansão do emprego celetista tem sido favorecida pelo desempenho de alguns setores ligados ao comércio exterior e pelo reaquecimento da demanda interna. Com base nesses dados tem-se aqui a pretensão de analisar o mercado de trabalho formal no Estado de Goiás no primeiro semestre de 2004. As variáveis enfocadas serão os admitidos, desligados e o saldo que apresenta a diferença entre eles e ainda um detalhamento das atividades econômicas que mais contribuíram para geração de postos de trabalhos e a localização no Estado.

Os indicadores conjunturais apontam para uma recuperação da economia brasileira nos primeiros seis meses do ano de 2004. A Pesquisa Mensal Industrial de Produção Física (PIM-PF), levantada pelo IBGE, mostrou, nos primeiros cinco meses deste ano, melhora no desempenho da atividade industrial na maioria dos locais pesquisados, registrando 7,8% de expansão na produção. Dados positivos foram observados, também, no comércio varejista. Segundo pesquisa

* Economista, Pós-Graduada em Economia Agroindustrial na UFG e Gerente de Contas Regionais da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan - GO.
E-mail: dinamar@seplan.go.gov.br

** Economista, Pós-Graduado em Economia Agroindustrial pela UFG e Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan - GO.
E-mail: marcos@seplan.go.gov.br

¹ Emprego Formal aqui abordado refere-se ao Cadastro Geral de Empregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego e diz respeito ao número de empregos com vínculos empregatícios legais, sempre que ocorre trabalho remunerado.

*Dinamar Maria Ferreira Marques**



*Marcos Fernando Arriel***



apurada pelo IBGE, no mesmo período o volume de vendas expandiu 10,01%. Diante das transformações ocorridas na economia brasileira o cenário aponta para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 3,5% para este ano, segundo projeções de mercado.

Neste cenário, a economia do Estado de Goiás tem se mostrado dinâmica. Segundo indicador mensal do IBGE, a indústria assinalou um aumento na produção física de 13,6% em maio deste ano, em relação ao mesmo mês do ano passado, registrando a segunda maior taxa entre as 14 localidades pesquisadas. Este resultado deve-se ao bom desempenho de setores ligados à agroindústria. Em termos de volume de vendas no comércio varejista, setor sensível à renda do trabalhador, apurou-se um resultado positivo de 13,11% em maio de 2004, segundo levantamento do IBGE. As exportações também apresentaram desempenho favorável. No primeiro semestre deste ano tiveram uma expansão de 40,0% ante o mesmo de 2003.

O dinamismo da economia goiana refletiu nos indicadores do mercado formal de trabalho. No primeiro semestre de 2004 o número de admitidos (178.508) superou aos desligados (140.206) em 38.302 postos de trabalho, resultado bem acima do registrado em igual período de 2003, que foi de 26.199.

Setorialmente, a criação de novos postos de trabalho mostra que a maioria das atividades teve saldo positivo. Dos nove grandes setores apenas administração pública registrou saldo negativo. Dentre os que obtiveram desempenho favorável, destacam-se a indústria de transformação, os serviços, a agropecuária e o comércio.



Tabela 1
Saldo - Admitidos/Desligados
por setor de atividade
Goiás - 1º semestre 2003/1º semestre 2004

Setores	1º Semestre	
	2003	2004
Extrativa mineral	497	447
Indústria de transformação	10.220	18.425
Serv. ind. de utilidade pública	17	238
Construção civil	412	3.073
Comércio	2.429	3.249
Serviços	3.162	7.740
Administração pública	381	-142
Agropecuária	9.046	5.272
Outros	35	-
Total	26.199	38.302

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

A indústria de transformação, setor que vem ganhando participação e tem papel importante na economia goiana, representa 43,0% na indústria e 15,0% da economia de Goiás². Nestes primeiros seis meses, nesta atividade, foram criados 18.425 novos postos de trabalho e entre os subsetores, o maior saldo positivo foi o de alimentos, bebidas e álcool etílico, com 14.318, correspondendo a 37,4% dos novos vínculos empregatícios registrados no Estado, saldo superior ao ocorrido no mesmo período de 2003, quando foram criados 9.420 postos de trabalhos. Dentro deste subsetor, fabricação de açúcar liderou com 6.129 novas colocações, seguido pela produção de álcool etílico com 4.207, atividades que iniciam suas produções no início do segundo trimestre do ano.

Coube ao setor de serviços uma contribuição de 20,2% na geração de novos empregos nos primeiros seis meses de 2004, com saldo de 7.740. A atividade de comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos, se destacaram com 4.141 novas vagas, em seguida transporte e comunicação com 1.174, influenciado pelo transporte rodoviário de cargas. Em terceiro lugar no ramo de serviços vem o ensino, com 1.098 empregos, destaque para ensino infantil e fundamental.

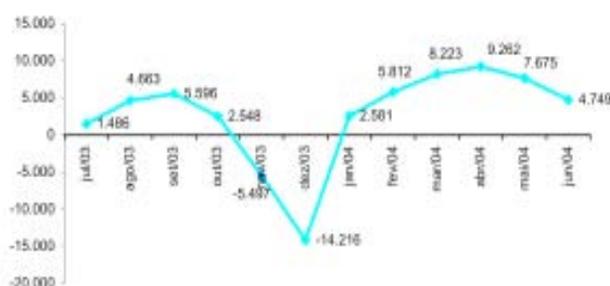
² Produto Interno Bruto do Estado de Goiás de 2001.

A agropecuária, setor que impulsiona a agroindústria do Estado, foi responsável pela criação de 5.272 novos empregos no primeiro semestre deste ano. Destaque para as lavouras temporárias: cana-de-açúcar, cultura intensiva em mão-de-obra, utilizada na fabricação de açúcar e álcool, produto que vem ganhando mercado no exterior; criação de bovinos, vale ressaltar que Goiás possui um rebanho de 20 milhões de cabeça; criação de aves, atividade crescente devido à instalação de empresas como a Perdigão localizada no sudoeste goiano.

Comércio, setor que sofre reflexo da renda gerada em outras atividades da economia e que busca maior eficiência em sua gestão, dada a competitividade entre seus agentes, tem se mostrado importante gerador de mão-de-obra em Goiás. Mesmo sendo um setor que tradicionalmente oferta número maior de vagas no segundo semestre, nos primeiros seis meses de 2004, surpreendeu pela abertura de 3.249 novas vagas, expansão de 34,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O comércio varejista representou 50,0% das novas vagas do comércio, puxado pelo segmento varejista de material de construção e produtos farmacêuticos.

Na análise do mercado formal de trabalho goiano nos doze meses, julho de 2003 a junho de 2004, nota-se um incremento menor ao registrado nesse semestre, devido aos saldos negativos apresentados nos meses de novembro e dezembro de 2003. Dos 32.882 novos postos de trabalho, os maiores saldos ocorreram nos meses de abril e março de 2004, com 9.262 e 8.223 respectivamente.

Gráfico 1
Saldo - Admitidos/Desligados
Goiás - julho de 2003 a junho de 2004

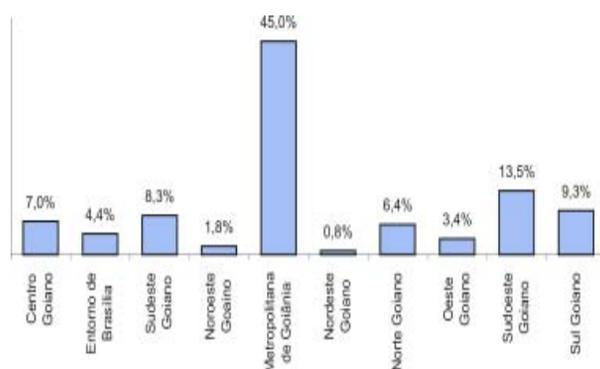


Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65



O interior de Goiás tem apresentado relevante participação na geração de novas vagas de trabalho formal, este fato deve-se a interiorização do desenvolvimento econômico no Estado. Neste sentido, as regiões de planejamento do Sudoeste Goiano, Sul Goiano, Sudeste Goiano e Centro Goiano têm se destacado na abertura de novas vagas de trabalho. Juntas correspondem a aproximadamente 40,0% dos novos empregos apurados no período de julho de 2003 a junho de 2004.

Gráfico 2
Saldo - Participação por Região de Planejamento
Goiás - julho de 2003 a junho de 2004



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Embora esteja acontecendo processo de interiorização da economia goiana, ainda é observada uma concentração na geração de novos postos de trabalho. Goiânia, Aparecida de Goiânia, Turvelândia e Rio Verde que juntas possuem 21,6% da população do Estado, representaram cerca de 60,0% dos empregos gerados nos últimos doze meses. Goiânia teve a maior contribuição, com 9.542, refletindo o bom desempenho das atividades de serviços prestados às empresas, transporte rodoviário de cargas, atendimento hospitalar e comércio varejista e edificações. Em segundo lugar vem Aparecida de Goiânia, com 3.774 vagas, puxadas pelas atividades de serviços prestados às empresas, vigilância e segurança, consultoria em hardware e imunização e higienização e limpeza de prédio. Turvelândia aparece em terceiro lugar, com 3.370 novas contratações, destaque para uma grande

empresa ligada à produção de álcool e açúcar e cultivo de cereais para grãos. Na quarta posição de maiores geradores de novos postos de trabalho formal, vem Rio Verde com 2.733 vagas, impulsionado pelas atividades de abate e preparação de produtos de carne, construção e obras de engenharia, produção de lavouras temporárias e serviços prestados às empresas.

Mapa 1
Municípios líderes na geração de emprego - julho de 2003 a junho de 2004



Dentro da análise sobre o mercado formal de trabalho em Goiás, foi observado crescimento mais acentuado no primeiro semestre do ano de 2004, comparado ao mesmo período do ano anterior, a atividade que teve crescimento relevante foi indústria de transformação, com destaque para fabricação de açúcar e álcool etílico, tendo o interior do Estado importante participação na geração de novos empregos no período observado, mas ainda está concentrada em poucos municípios.

Referências

- Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED
- IBGE, Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física Regional - PIM-PF maio 2004
- _____, Pesquisa Mensal do Comércio - PMC maio 2004
- SEPLAN, Produto Interno Bruto de Goiás 2001.



IPC Goiânia - O Comportamento dos Índices

A análise de desempenho da variação dos preços praticados no mercado consumidor de Goiânia no primeiro semestre de 2004 em relação a igual período de 2003 revela um arrefecimento da inflação. As pressões exercidas sobre os preços no referido período diferem-se, em primeiro momento, pelas oscilações ocorridas nos segmentos mais sensíveis à depreciação da taxa de câmbio que no início de 2003 influenciou muito os preços dos produtos industrializados nos setores de alimentação e eletrodomésticos, e também dos combustíveis.

Tabela1
**IPC Goiânia - Evolução do índice de preços
ao consumidor - 2003/2004**

Meses	Variação (%)	
	2003	2004
Janeiro	2,66	1,55
Fevereiro	0,53	0,28
Março	2,96	0,80
Abril	1,07	0,74
Maiο	0,78	0,41
Junho	-1,19	0,35
Índice Geral	6,91	4,09

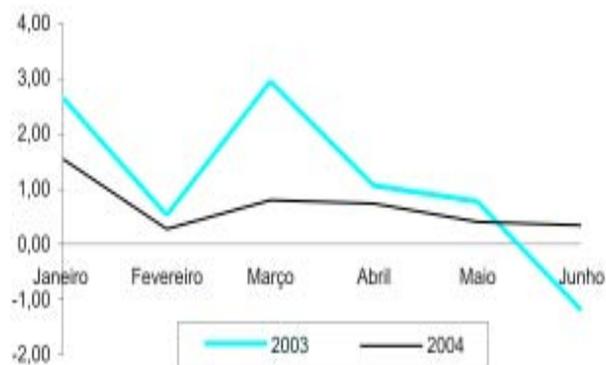
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Índices de Preços - 2004

* Economista, Gerente de Índice de Preços da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan - GO.
E-mail: marcelo@seplan.go.gov.br.

Marcelo Eurico De Sousa*



Gráfico1
**IPC Goiânia - Evolução do índice de
preços ao consumidor**
1º semestre 2003/ 1º semestre 2004



Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Índices de Preços - 2004

O comportamento dos índices de inflação no decorrer destes períodos refletiu essencialmente o caráter sazonal dos gastos com alimentação, educação, tarifas públicas e vestuário. Vale mencionar a forte influência das variações cíclicas na oferta e conseqüentemente nos preços de alimentos, predominantemente, pela ordem: produtos in-natura, semi-elaborados e industrializados. Este grupo detém o segundo maior peso na formação do índice.

As pressões temporárias que comumente ocorreram nestes períodos são observadas através dos reajustes nos preços monitorados de itens como transporte urbano, tarifa de água e telefone, nas entressafras de grãos, legumes e verduras, carne bovina, leite, etc, e também pela elevação de preços no mercado internacional das commodities.

Outro fator relevante ocorrido nos índices destes períodos, com favorecimento a 2004, foi o crescimento da demanda, medida pelos indicadores do IBGE através das pesquisas mensais do comércio e da indústria, que verificaram a recuperação de setores do comércio com o au-



mento das vendas do varejo e da produção industrial de alguns setores, o que certamente propiciou o aumento na ocupação dos postos de trabalho pelo setor produtivo, segundo dados do M T E.

Despesas correntes -

O peso no bolso do consumidor

As variações mensais do IPC - Goiânia, no período de Janeiro a Julho de 2004, apresentaram quedas consecutivas, intercaladas por reajustes pontuais. Os grupos de alimentação e habitação representaram juntos 61,37% da inflação ocorrida no semestre.

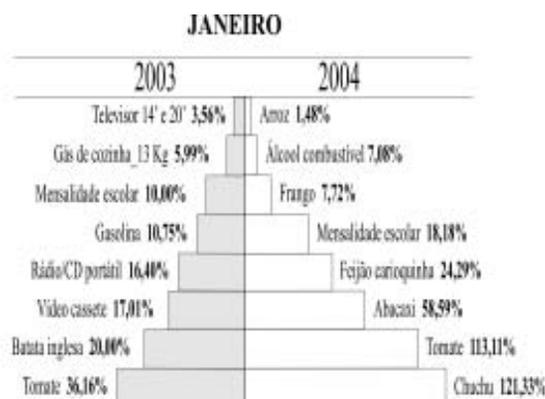
Tabela 2
IPC Goiânia - Acumulado por grupos
1º semestre de 2004

Grupos	% Acumulado			
	Vari- ção	Peso	Contri- buição	Impacto
Alimentação	3,75	27,06	1,01	24,70
Habitação	4,83	31,01	1,50	36,67
Serviços Pessoais	8,03	9,29	0,74	18,09
Saúde e Higiene	3,00	11,29	0,33	8,07
Vestuário	6,53	2,35	0,15	3,67
Serv.Públicos/ Utilid. Pública	1,94	19,00	0,36	8,80
Índice Geral	4,09	100,00	4,09	100,00

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Índices de Preços - 2004

Nesse contexto os preços da alimentação no semestre elevaram-se 3,75% pressionados por produtos in-natura 24,09% em função de condições climáticas desfavoráveis, decorrente do excesso de chuvas nos primeiros meses do ano e produtos industrializados que registrou variação de 2,09% refletindo a elevação dos preços das commodities com efeitos relevantes em toda cadeia produtiva. Por outro lado, os desempenhos positivos de algumas safras como arroz e feijão proporcionaram o recuo nos preços dos produtos semi - elaborados que apresentaram variações negativas acumulada de -3,26%.

Varição dos principais produtos



Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Índices de Preços - 2004

Os produtos e serviços pertencentes ao grupo da habitação registraram variação de 4,83% pressionados por material de construção 29,38%, artigos de cama, mesa e banho 4,72%, eletrodomésticos 6,65% e artigos de limpeza 3,46%, os preços dos serviços de mão-de-obra exerceram forte pressão no mês de maio, com 4,53% de variação, em função dos dissídios de várias categorias que ocorrerem neste mês. Os aumentos verificados no grupo neste semestre foram influenciados principalmente pelas variações cambiais que elevaram os preços das matérias-primas e também pela recomposição da margem de lucro por parte de alguns setores da indústria.

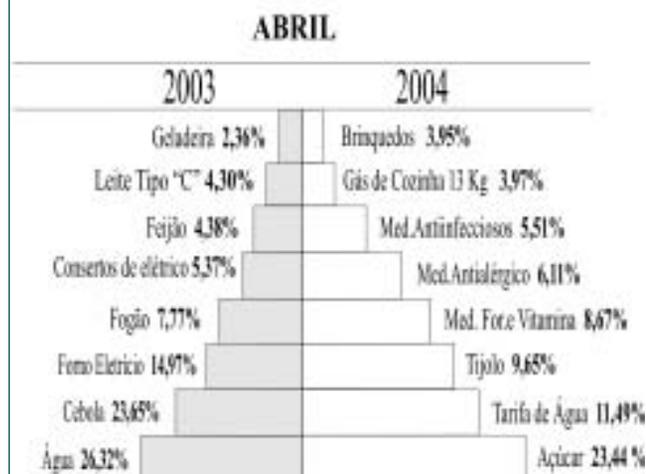
O comportamento dos preços dos demais grupos que compõem o IPC - Goiânia foi afetado, também, por pressões temporárias verificando-se em janeiro reajustes maiores no grupo de serviços Pessoais 2,49% influenciado pelo item educação com 17,16%.



Variação dos principais produtos



Variação dos principais produtos



Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Índices de Preços - 2004

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Índices de Preços - 2004

No mês de março houve aumento dos gastos com a elevação dos preços de fumo e bebidas 4,07% com destaque para os cigarros 5,03%. Os reajustes dos preços da tarifa de água em 11,49% e dos medicamentos 4,27% foram os itens que mais impactaram o índice geral no mês de abril.

Com a chegada do outono trazendo frentes frias, o cenário dos preços foi alterado, levando o consumidor goianiense a gastar mais com itens do vestuário que em maio tiveram aumento médio de 4,74%. Ainda neste mês o preço da gasolina registrou sua maior alta do semestre, 4,21%, influenciada pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

Já no mês de junho, com reflexos do novo salário mínimo o índice foi pressionado por reajustes nos serviços domésticos como lavadeiras e passadeiras 18,19%, e por roupas femininas com 3,30%.

Em suma, constata-se que a inflação na cidade de Goiânia no primeiro semestre de 2004 obteve desempenho estável, visto que, os reajustes foram provocados pela ocorrência da sazonalidade de determinados produtos e entressafra de outros, situações já conhecidas e com registros anuais, e também pelos reajustes de preços monitorados previstos para períodos pré-estabelecidos.

O índice de preços recuou de forma progressiva no período, consistente com a curva cíclica típi-



ca em Goiânia, evidenciando que tal comportamento só é quebrado quando ocorrem pressões externas. O cenário atual, apesar das perspectivas sobre a taxa de juros e o câmbio, indica que a recuperação das atividades pode prosseguir sem exercer pressões inflacionárias adicionais.

IPC - Goiânia - A construção de um índice

O índice de preços ao consumidor é entendido como sendo o estudo das variações de preços, de todas as despesas efetuadas por uma pessoa ou grupos de pessoas para se manter certo padrão de vida. O IPC-SEPLAN acompanha a variação de preços de um conjunto de bens e serviços (277 produtos/serviços) consumidos pelas famílias goianienses com rendimentos mensais até cinco salários mínimos, residentes na área urbana de Goiânia.

O IPC-Goiânia utiliza como referência para pesquisa, os hábitos de consumo e quantidades consumidas definidas pela pesquisa de orçamentos familiares-POF realizada pelo IBGE para compor sua cesta de produtos e serviços. Foram realizadas: pesquisas de locais de compra para se definir a relação de informantes - este cadastro recebe manutenção contínua; pesquisa de especificação de locais de compra para definir o cadastro dos produtos e serviços que são pesquisados, com atualização permanente visando acompanhar a dinâmica do mercado varejista goianiense, por último, a pesquisa de aluguéis residenciais, que verifica a oferta de imóveis para

locação, bem como a variação nos preços dos imóveis alugados e dos contratos renovados.

A pesquisa de preços é realizada mensalmente em estabelecimentos comerciais prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos, totalizando aproximadamente 200 estabelecimentos/domicílios e auferindo uma média de 14.000 preços, os quais são considerados somente os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista. Os índices mensais são provenientes da comparação de preços vigentes nos 30(trinta) dias do período de referência com os 30 (trinta) dias do período base.

Os preços dos 277 produtos/serviços estão dispostos em grupos e subgrupos, itens e subitens, de alimentação, habitação, serviços pessoais, saúde e higiene, vestuário e serviços públicos/utilidades públicas. Após a agregação da amostra em preços médios, recebem tratamento matemático - método laspeyres - para elaboração dos demais níveis da estrutura do índice geral.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Relatório de Inflação - 2003 -2004.

FIBGE - Pesquisa Mensal do Comércio - 2004.

FIBGE - Pesquisa Mensal da Indústria - 2004.

SEPLAN - GO - Relatório Mensal de Inflação - 2003 - 2004.



Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

Os setores da Indústria e Serviços terão mais de R\$ 7 bilhões em investimentos até 2007

O governo de Goiás tem concentrado esforços no sentido de atrair investimentos produtivos com o objetivo de expandir, modernizar e diversificar a economia do Estado, buscando a geração de novos postos de trabalho e renda, procurando reduzir as desigualdades sociais e regionais, através de incentivos fiscais e de linhas de créditos voltados à produção.

Diante da crescente demanda por informações que mensurassem o montante de investimentos, setores de atividades e localização, tornou-se necessária a realização de uma pesquisa para acompanhamento das intenções de investimentos previstos para os próximos anos no Estado de Goiás.

A pesquisa de intenção de investimentos constatou que no período de 2004 a 2007, está previsto o montante da ordem de R\$ 7,03 bilhões em 571 projetos nas atividades industriais, comerciais e de serviços, gerando aproximadamente 61 mil novos postos de trabalho. Estes investimentos estão apresentados por atividade econômica e localizados por região de planejamento.

Analisando os investimentos quanto à atividade econômica, verificou-se que, R\$ 2,4 bilhões (33,8%) correspondem ao segmento de Alimentos e Bebidas e R\$ 1,8 bilhões (25,2%) à atividade de Mineração e Beneficiamento. Juntas, totalizam 59,0% das intenções de investimentos e 32,0% dos projetos anunciados.

O expressivo montante de investimentos previstos na atividade de Alimentos e Bebidas se deve à importância deste segmento na economia goiana, destaque para a fabricação de açúcar e álcool etílico, abate e preparação de produtos de carne, fabricação de óleos vegetais e derivados e laticínios. As indústrias alimentícias identificam vantagens competitivas na região dos cerrados considerando como atrativo grande disponibilidade de grãos, concentração de rebanho bovino e produção de leite, além da privilegiada posição geográfica do Estado de Goiás.

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm urgência em pesquisar as áreas e beneficiar o minério para atender a grande demanda do mercado mundial, sobretudo a Ásia.

Quanto à localização, apresentada pelas 10 Regiões de Planejamento, R\$ 3,01 bilhões (42,9%) e 122 projetos dos investimentos previstos estão concentrados na região Centro Goiano, com destaque para o município de Anápolis, Barro Alto e Goianésia. Outras três regiões que apresentaram concentração na intenção de investimentos foram Entorno de Brasília (11,9%), Metropolitana (10,3%) e Sudoeste Goiano (10,1%). As demais regiões totalizaram 21,1% e 3,7% do montante previsto ainda não definiram o local de instalação.



Tabela 1
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Atividades
2004 - 2007

Atividades	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Alimentos e Bebidas	2.373.587	152
Mineral e beneficiamento	1.766.770	31
Calçados/Textil/Confecções	112.283	41
Insumos Agropecuários	122.166	17
Metal-Mecânico	680.929	44
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	74.356	13
Plásticos/Embalagens	419.799	37
Químico/Farmacêutico	445.094	58
Outras atividades industriais	734.125	86
Comércio Atacadista e Varejista	207.031	59
Serviços	86.733	33
Total	7.022.873	571

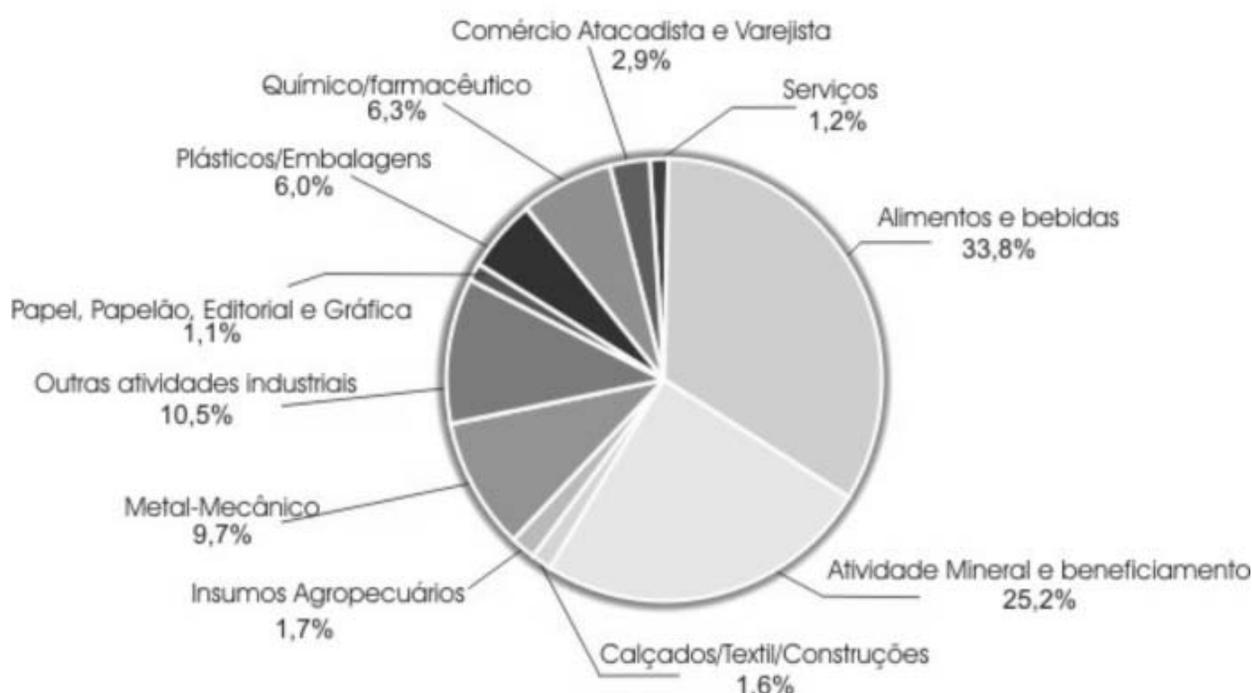
Fonte: SIC/SEFAZ/SEPLAN/Jornais Diversos
 Elaboração: SEPIN/SEPLAN-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 30/07/2004

Tabela 2
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Região de Planejamento
2004 - 2007

Região de Planejamento	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Centro Goiano	3.013.972	122
Entorno de Brasília	834.897	33
Metropolitana	719.850	224
Sudoeste Goiano	711.708	50
Oeste Goiano	416.430	32
Sul Goiano	388.373	38
Norte Goiano	357.128	19
Sem definição	261.645	2
Sudeste Goiano	259.327	39
Noroeste Goiano	34.123	11
Nordeste Goiano	25.419	1
Total	7.022.873	571



Gráfico 1
Intenção de Investimentos para Goiás - 2004 / 2007
Participação dos Investimentos por Atividades



Fonte: SIC/SEFAZ/SEPLAN/Jornais Diversos
 Elaboração: SEPIN/SEPLAN-GO
 Dados Preliminares sujeito a retificação. Coletados até 30/07/2004

Metodologia da Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan para levantar as intenções de investimentos no Estado de Goiás consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, O Popular, Diário da Manhã e Valor Econômico. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria e Comércio, através dos projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos do programa PRODUZIR e FUNMINERAL; ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste, através da aprovação das cartas consultas; à Goiás Fomento e à Secretaria da Fazenda.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas e expandidas no Estado, verifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos por atividade, por Região de Planejamento e quantitativo de projetos e emprego gerado. Os valores dos investimentos previstos são expressos em reais.

Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura econômica de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Envie-nos seu artigo



SEPIN
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

